

PLANO DE METAS DO GOVÊRNO CELSO RAMOS

21134

1º ANO DE  
TRABALHO

SANTA CATARINA

— 1962 —

# PLANO DE METAS DO GOVÉRNO CELSO RAMOS

## Gabinete de Planejamento

Secretário Executivo — Eng. Annes Gualberto

Secretário de Estado Sem Pasta — Ibrahim Felipe Simão

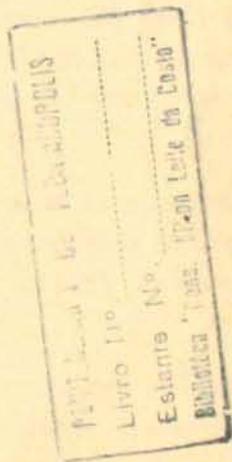
## ASSESSORAMENTO

Ary Kardec Bosco de Mello	— Economia e Finanças
Felix Schmiegelow	— Rodovias e Obras de Arte
Fernando de Oliveira	— Saúde Pública e As. Social
Glauco Olinger	— Agricultura
Manuel Marques Brandão	— Administração
Mário Mafra	— Justiça e Seg. Pública
Mário Marcondes de Mattos	— Fiscalização e Contrôlo
Oswaldo Ferreira de Melo	— Educação e Cultura
Paulo de Freitas Melro	— Energia

Assistente do Gabinete

Hoyêdo de Gouvêa Lins

Biblioteca Pública do Estado  
Setor de Santa Catarina



**PLAMEG — primeiro ano de trabalho**

publicação n. 3

Quando determinei a criação do Plano de Metas que estabeleceria a programação racional das obras de meu govêrno, pretendi criar novas condições de desenvolvimento social e econômico para o Estado.

Instalado o Gabinete de Planejamento do PLAMEG, que iria dar execução imediata à programação prioritária, inaugurou o Estado nova era administrativa — a do planejamento.

Graças à objetividade de estudos realizados e à atividade constante de técnicos empenhados com a causa do desenvolvimento, foi possível a execução, em curto prazo de 10 meses, de um acêrvo de obras que aos poucos são entregues a Santa Catarina.

Êste volume dá conta ao povo catarinense, objetivamente, da aplicação dos recursos criados pela Lei 2.772 de 21 de julho de 1961, vinculados ao PLAMEG.

Ao aplauso que rendo aos que me ajudam na obra de recuperação de Santa Catarina, somo o aprêço aos demais Poderes do Estado, de cuja experiência me tenho valido para cumprir o elevado dever de governador dos catarinenses.

Florianópolis, janeiro de 1963.

CELSO RAMOS

Governador

## APRESENTAÇÃO

UM ANO DE TRABALHO vencido, cumpre ao Gabinete de Planejamento do PLANO DE METAS DO GOVÉRNO demonstrar, objetivamente, o quanto realizou na execução das METAS DO GOVERNADOR CELSO RAMOS, que a Sua Excelência delegou o povo Catarinense, através da Mensagem consubstanciada no documento referendado pelo Seminário Sócio-Econômico, com a consagração dessa mesma Mensagem no pleito de 3 de outubro de 1960 e sua confirmação nos termos da Lei que instituiu o Plano de Metas.

Tem êste volume, assim, o duplo sentido de afirmação da Mensagem do Povo Catarinense e de aferição, pelo Homem Catarinense, de como sua Mensagem foi levada em conta.

Aqui está, em UM ANO DE TRABALHO, o cumprimento dado pelo Governador Celso Ramos, inspirador e avalista do Plano de Metas, ao desejo do Povo Catarinense em usufruir, vendo-o e sentindo-o, do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

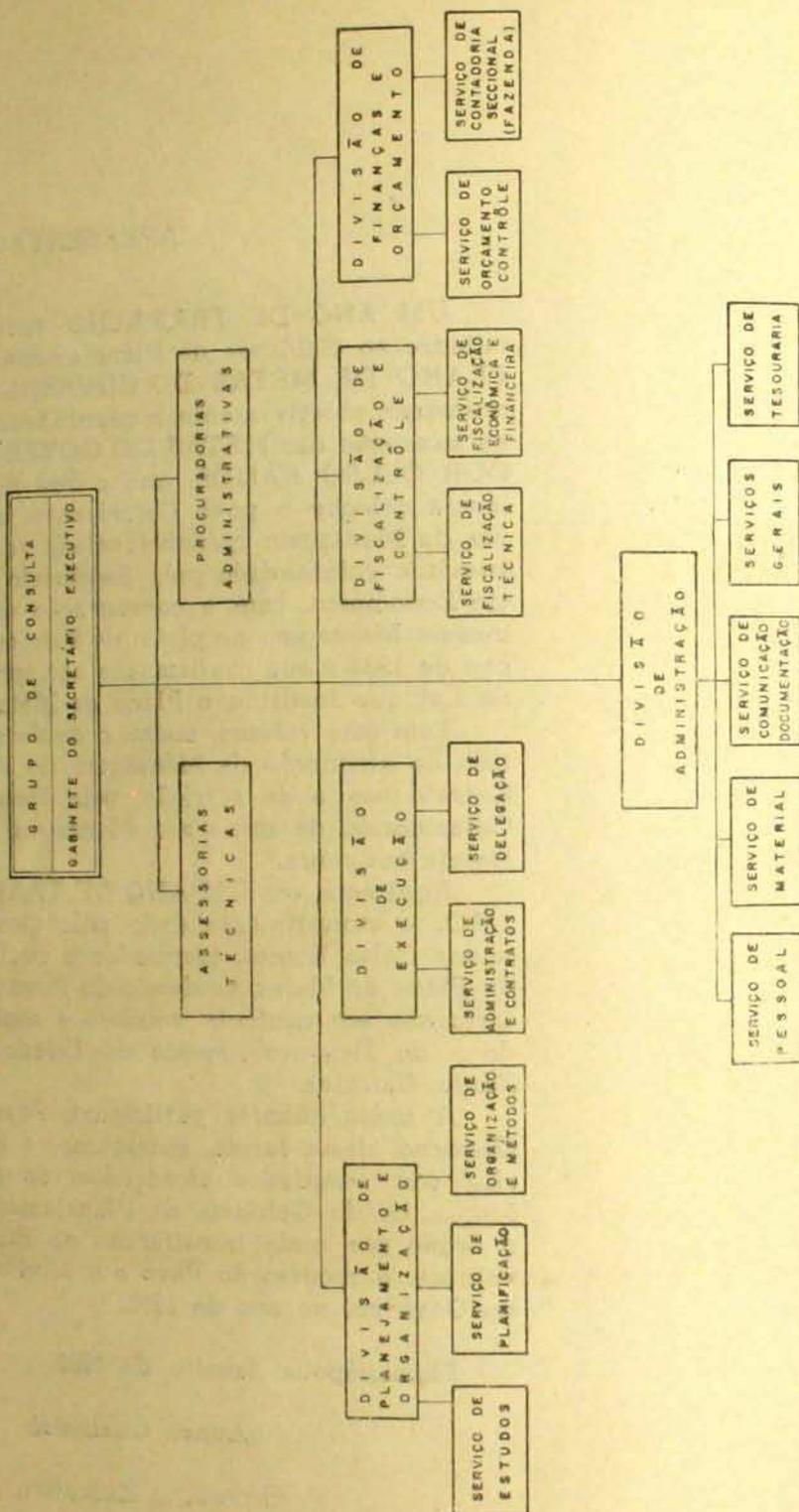
A todos quantos participam, Povo e Govérno, dessa tarefa, entregamos o mérito dos resultados alcançados, de que fomos, os do Gabinete de Planejamento, o órgão por onde transitaram, no maior volume, o recurso do Povo e a atividade do Govérno, no ano de 1962.

Florianópolis, janeiro de 1963.

Annes Gualberto

Secretário Executivo

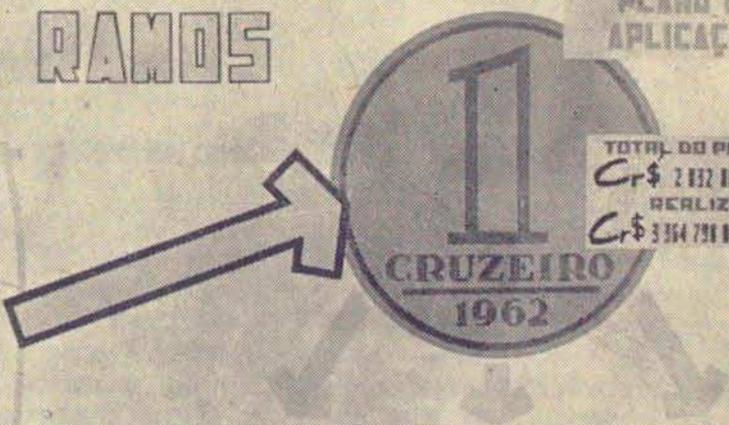
# GABINETE DE PLANEJAMENTO



# PLANO DE METAS DO GOVERNO CELSO RAMOS

**SIGNIFICA :**  
CRUZEIRO POR  
CRUZEIRO NO  
PLANO DE  
APLICAÇÃO

**POVO**  
**PODER**



TOTAL DO PROGRAMA  
Cr\$ 2 832 000 000 00  
REALIZADO  
Cr\$ 3 364 790 000 00 - 118 8%

**EXPANSÃO  
ECONÔMICA**

PROGRAMA  
Cr\$ 497 000 000 00  
REALIZADO  
Cr\$ 463 514 000 00 - 93 3%

**O NEJO**

PROGRAMA  
Cr\$ 1 632 000 000 00  
REALIZADO  
Cr\$ 2 146 457 000 00 - 131 5%

**O HOMEM**

PROGRAMA  
Cr\$ 787 200 000 00  
REALIZADO  
Cr\$ 759 138 000 00 - 97 7%

## A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO

A Lei n. 2.772, de 21 de julho de 1961, que instituiu o Plano de Metas do Governo Estadual, estabeleceu para o exercício de 1962 investimentos na ordem de Cr\$ 2.782.000.000,00, distribuídos pelas diversas metas, segundo o quadro anexo.

Para a execução do programa que lhe estava afeto o PLAMEG dispendeu durante o exercício de 1962 a importância de Cr\$ 2.255.888.243,00, assim distribuída:

Despesas com o custeio da Autarquia ....	Cr\$	40.549.892,00
Despesas com serviços em regime especial de financiamento .....	Cr\$	12.797.777,50
Despesas com os investimentos .....	Cr\$	2.202.540.573,50
TOTAL .....	Cr\$	<u>2.255.888.243,00</u>

## DESPESAS DE CUSTEIO

Compreendem as despesas efetuadas com a administração da Autarquia, ou sejam, os gastos com pessoal, material de consumo e permanente, serviços de terceiros e encargos diversos.

Note-se que estas despesas correspondem a apenas 1,45% do total dos recursos atribuídos ao PLAMEG para o exercício de 1962, percentual indiscutivelmente baixo, mórmente tendo-se em conta que, de cada empreendimento contratado, a Autarquia contabiliza uma renda de 3%, que se destina a custear os serviços de administração.

## SERVIÇOS EM REGIME ESPECIAL DE FINANCIAMENTO

As despesas classificadas nesta rubrica surgiram como decorrência dos artigos 4º e 5º da lei n. 2.772, que incorporaram ao PLAMEG o Plano de Obras e Equipamentos e os serviços a que se vincula a Taxa de Investimentos. Dessa forma, as despesas diretamente relacionadas àquêles empreendimentos, correram à conta dessa consignação, a título de "Reajustamento do Plano de Metas no Exercício". Correspondem a 0,46% do total dos recursos que a lei 2.772 atribuiu ao PLAMEG para 1962.

## INVESTIMENTOS

A aplicação maciça dos recursos atingiu os diversos setores que compõem as metas básicas do Plano (79,53%): o Homem, o Meio e a Expansão Econômica.

Os totais aplicados em cada um dos setores estão discriminados na tabela anexa, onde é possível, também, verificar-se os percentuais atingidos na execução do plano.

Os diversos capítulos em que se divide esta publicação permitem ter-se nítida idéia do que foi a aplicação dos dois bilhões e meio de cruzeiros, no exercício de 1962.

A utilização praticamente total dos recursos postos à disposição do PLAMEG pela Secretaria da Fazenda, correspondentes à arrecadação dos tributos vinculados por lei à Autarquia, demonstra a dinamização do órgão executor do programa, nos mais diversos setores, criando novas condições de progresso e de trabalho para a coletividade catarinense, num plano que honra e dignifica uma Administração.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DAS METAS EM 1962

ESPECIFICAÇÃO	Programa Recursos Orçamentários de 1962 (Cr\$ 1.000)	Despesas Efetuadas	
		Total Cr\$ 1.000	Em relação ao programa %
<b>O HOMEM</b>			
Educação e Cultura .....	(1) 376.400	356.340	94,67
Justiça e Segurança Pública	156.800	67.202	42,85
Saúde Pública e Assistência Social .....	184.000	79.603	43,26
Sistema de Água e Esgoto .....	80.000	23.312	29,14
<b>TOTAL</b> .....	<b>797.200</b>	<b>526.457</b>	<b>66,03</b>
<b>O MEIO</b>			
Energia .....	744.000	902.086	121,24
Rodovias e Obras de Arte .....	888.000	676.862	76,22
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.632.000</b>	<b>1.578.948</b>	<b>96,74</b>
<b>EXPANSÃO ECONÔMICA</b>			
Armazenagem e ensilagem .....	41.600	1.161	2,78
Experimentação, Fomento e Aparelhamento Agro-Pecuário .....	131.200	83.813	63,88
Abastecimento .....	40.000	4.062	10,15
Participação em empreendimentos pioneiros .....	160.000	8.099	5,06
Banco de Desenvolvimento do Estado .....	(2) 30.000	—	—
<b>TOTAL</b> .....	<b>402.800</b>	<b>97.135</b>	<b>24,11</b>
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>2.832.000</b>	<b>2.202.540</b>	<b>77,77</b>

(1) Inclusive o Crédito Especial de 50.000 (Decreto n. 546, de 19/10/61)

(2) Aplicados em 1961, por antecipação da receita

### NOTA

O percentual de 79,53%, indicado a fls. 10, foi calculado sobre o total do Investimento autorizado pela Lei 2.772 para o exercício de 1962 ..... (Cr\$ 2.782.000.000,00), não estando computado o valor de Cr\$ 50.000.000,00 do Crédito Especial aberto pelo Decreto n. 546, de 13/10/61.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Livro Nº .....  
Estante Nº .....  
BIBLIOTECA "CONS. MAR. ESTE DE COLO" .....

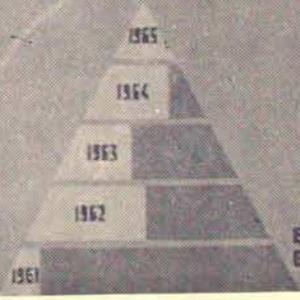
**Meta: O HOMEM**

# POPULAÇÃO ESCOLARIZADA GOVERNO CELSO RAMOS



EM 1961  
EXISTIAM 1000  
ESCOLAS

400 SALAS	32000 ALUNOS
450 SALAS	36000 ALUNOS
500 SALAS	40000 ALUNOS
1000 SALAS	80000 ALUNOS
150 SALAS	12000 ALUNOS



CADA SÍMBOLO  
REPRESENTA  
1000 ALUNOS

ESCOLARIZAÇÃO  
PLANEJADA

POPULAÇÃO NÃO  
ESCOLARIZADA OU  
ESCOLARIZADA DE  
MODO PRECÁRIO

1

Setor: **EDUCAÇÃO E CULTURA**



Ao elaborar o Plano de Trabalhos para o exercício de 1962, a Assessoria Técnica para assuntos de Educação e Cultura, resolveu dividir o setor educacional em sete sub-setores específicos.

A medida visava proporcionar um planejamento capaz de melhorar quantitativa e qualitativamente o ensino no Estado, além de proporcionar ao plano quinquenal uma visão tão completa quanto possível da problemática educacional do Estado.

## 1. Ensino Pré-Primário e Primário

Para a eliminação progressiva e total do "deficit" escolar e substituição de prédios em precárias condições, previu-se, para o exercício, a construção de 1.000 salas de aula, destinadas à escolarização de cerca de 80.000 crianças.

A Assessoria de Educação e Cultura, com base em rigoroso levantamento estatístico, elaborou o plano quinquenal para o perfeito atendimento da população a escolarizar até 1966 (escolarização adequada a mais de 200.000 crianças).

Esse plano, considerando as 150 salas construídas em 1961 e as 1.000 salas programadas para 1962, prevê a construção de 500 salas em 1963, 450 em 1964 e 400 em 1965, num total de 2.500 unidades, as quais, funcionando em 2 turnos (com capacidade para cada turno de 40 crianças), terão eliminado, inteiramente, o "deficit" escolar, em 1966.

O Plano "1.000 salas de aula em 1962" tem sua execução garantida, com a construção de 861 salas para escolas rurais e 141 para grupos escolares, as quais deverão estar funcionando, ao iniciar-se o ano letivo de 1963.

## 2. Ensino Secundário e Normal

Neste sub-setor previu-se, preliminarmente, a conclusão ou a continuação dos prédios seguintes que, por várias condições, mereceram prioridade:

- a — Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho
- b — Escola Normal de Araranguá
- c — Colégio Estadual de Joinville
- d — Colégio Estadual de Lages
- e — Escola Normal de São Joaquim

(a) e (b) iniciados em exercícios anteriores.

Dessas obras, estiveram em franco desenvolvimento ficando, em 31 de dezembro em fase de conclusão:

- a — Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho
- b — Escola Normal de Araranguá
- c — Escola Normal de São Joaquim

Os Colégios de Lages e Joinville, em virtude das condições dos terrenos que lhes foram destinados, apresentam dificuldades para o início das obras, embora todo o planejamento respectivo já esteja concluído.

Além desses, foi autorizada e iniciada a construção dos seguintes estabelecimentos:

- a — Colégio Estadual de Laguna
- b — Ginásio Estadual de Palhoça

Tendo em vista as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, programou-se a reformulação dos cursos normais regionais e sua adaptação aos princípios estabelecidos por aquêle diploma legal. A Assessoria de Educação e Cultura do G. P. procedeu ao necessário estudo e, como decorrência, apresentou as conclusões para essa reformulação.

Tal estudo, submetido à apreciação do Egrégio Conselho Estadual de Educação, foi integralmente aprovado, o que possibilitou ao Governo do Estado proceder à transformação progressiva das 91 escolas normais regionais em ginásios normais, sem acréscimo de despesas específicas de instalação. Nêste ano, poderão ser transformados em ginásios 28 cursos normais regionais, após a especialização dos respectivos professores no curso de aperfeiçoamento em realização nesta capital, de 8 de janeiro a 17 de fevereiro de 1963.

### 3. Centro Regional de Pesquisas Educacionais

Santa Catarina sempre se ressentiu de um órgão técnico capaz de orientar a sistemática educacional no Estado.

Foi projetado um convênio com o Ministério de Educação e Cultura para a instalação, nesta capital, de um Centro Regional de Pesquisas Educacionais, cujos estudos pudessem servir de meios preciosos ao entendimento de um grande número de problemas, ao mesmo tempo que fôsem fornecer sugestões à substituição de processos empíricos e viciados, por novas atitudes determinantes de rumos mais claros e conscientes.

Para a execução dessa meta governamental, o Gabinete de Planejamento iniciou suas gestões junto ao MEC, aos 14 de março de 1962, a fim de que fôsse instalado, o mais breve possível, o C. R. P. E. neste Estado. Após longos debates e estudos em tórno do assunto e como decorrência da regulamentação da L. D. B., ficou assentado que o MEC não instalaria mais êsses órgãos nos Estados, os quais ficariam a cargo das unidades federadas, prestando-lhes o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a orientação técnica, independentemente de convênio.

Dessa forma, a Secretaria de Educação e Cultura, por sugestão do PLAMEG, criou o Grupo de Trabalho que se encarregou da programação do Centro de Pesquisas Educacionais de Santa Catarina.

Êsse Centro, após aprovada sua organização, deverá ser instalado no exercício de 1963, com financiamento inicial do PLAMEG.

#### **4. Estímulo à Cultura**

A fim de promover a elevação do nível cultural do povo, programou-se, para o exercício de 1962, o estabelecimento de convênio com o Serviço Radio-educativo Nacional (Sirena), que visava a difusão de conhecimentos gerais de noções de higiene, hábitos alimentares, reformulação de processos econômicos, etc..

A execução do empreendimento ficou a cargo da Diretoria de Cultura da S. E. C. que está promovendo os estudos necessários para pôr em funcionamento tão útil e relevante serviço nêste ano.

#### **5. Plano Educacional da Escola Primária Junto ao Poder Municipal**

Através dêsse sub-setor foi programado o estabelecimento de cursos de aperfeiçoamento dos Professôres Municipais, visando dar-lhes os conhecimentos básicos de métodos e processos técnicos-pedagógicos, capazes de melhorar o rendimento escolar.

Cumpre assinalar que, concomitantemente, o sub-setor Estímulo à Cultura, visava idêntico objetivo com relação aos professôres estaduais.

De acôrdo com o planejamento, realizaram-se 5 cursos de aperfeiçoamento dos professôres rurais que tiveram como sede as cidades de Araranguá, Videira, Tubarão, São Bento do Sul e São Miguel D'Oeste, atendendo 500 dos 6.000 professôres que serão atingidos durante o quinquênio.

#### **6. Ensino Industrial**

Programou-se, para o exercício, a construção de 2 ginásios industriais, os quais estão sendo construídos nas cidades de Itajaí e Florianópolis (Estreito), em convênio realizado entre o Estado (PLAMEG) e a União (D. E. I. do MEC).

Além dêsses empreendimentos, foi estabelecido convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial que objetivou a aquisição de equipamento e financiamento de despesas de manutenção da Escola de Aprendizagem Industrial de Lages, para seu perfeito funcionamento.

#### **7. Fundo de Reserva para Eventuais Convênios**

Além dos sub-setores específicos, entendeu a Assessoria de Educação que era medida de prudência administrativa a previsão de dotação especial para o atendimento de eventuais propostas de convênios de interêsse do Estado, visando à construção, equipamento ou manutenção de escolas e outros que objetivassem o difusão cultural. Dessa forma, foram atendidos empreendimentos de grande interêsse para o Estado, quais sejam, convênios com diversas instituições objetivando a difusão do ensino gratuito em estabelecimentos particulares, equipamentos para escolas e outros.

## PLANO DE ESCOLARIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

I — Dados anuais acerca da escolarização

A n o s	ATENDIMENTO PELO PLANO DE ESCOLARIZAÇÃO			
	População necessi- tada de Escolas (1)	Número de Salas de Aula	CAPACIDADE DAS SALAS	
			Número de alunos	% em relação às necessidades
1961 .....	143.275	150	12.000	8
1962 ..... (2)	144.792	1.000	80.000	55
1963 ..... (2)	78.714	500	40.000	51
1964 ..... (2)	52.990	450	36.000	68
1965 ..... (2)	31.771	400	32.000	100
Total .....	—	2.500	200.000	—

(1) Não escolarizada ou precariamente escolarizada, na faixa de 7 a 12 anos.

(2) Saldo do ano anterior, somado ao crescimento natural da população a ser adequadamente escolarizada.

# PLANO DE ESCOLARIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

II — Dados acumulados acerca da escolarização

A n o s	ATENDIMENTO PELO PLANO DE ESCOLARIZAÇÃO					
	População não Escolarizada ou Precariamente Escolarizada		No ano em referência		Até o ano em referência (acumulativos)	
	No ano em referência	Até o ano em referência (acumulativos)	Total	%	Total	%
1961	143.275	143.275	12.000	8	12.000	8
1962	(1) 13.517	156.792	80.000	55	92.000	59
1963	(1) 13.922	170.714	40.000	51	132.000	77
1964	(1) 14.276	184.990	36.000	68	168.000	91
1965	(1) 14.731	199.721	32.000	100	200.000	100

(1) Crescimento natural da população a ser adequadamente escolarizada.

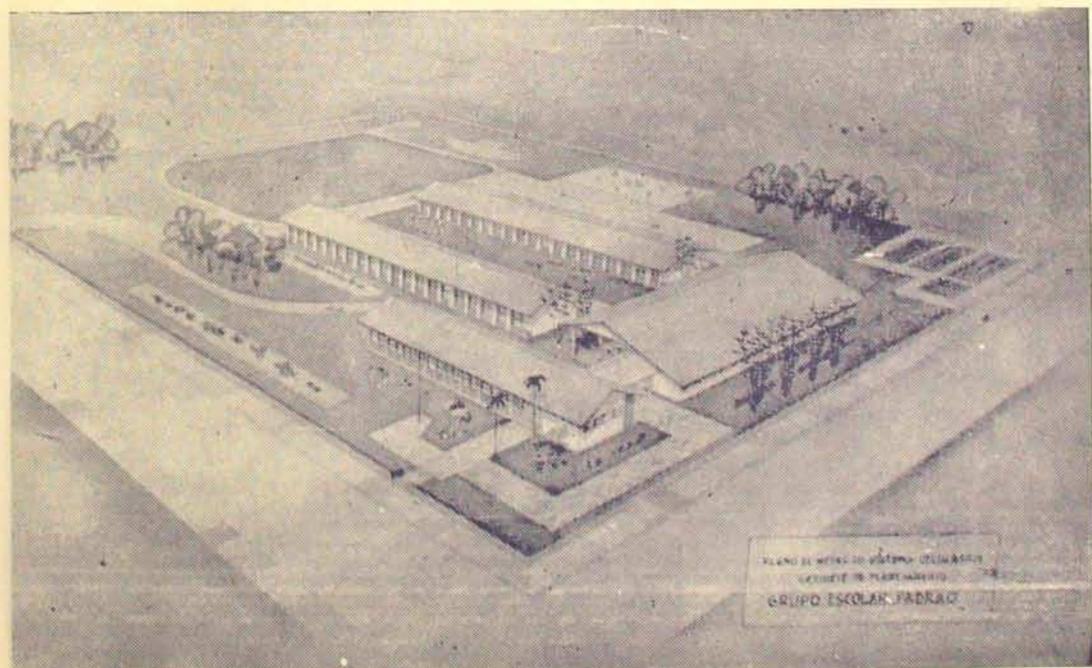
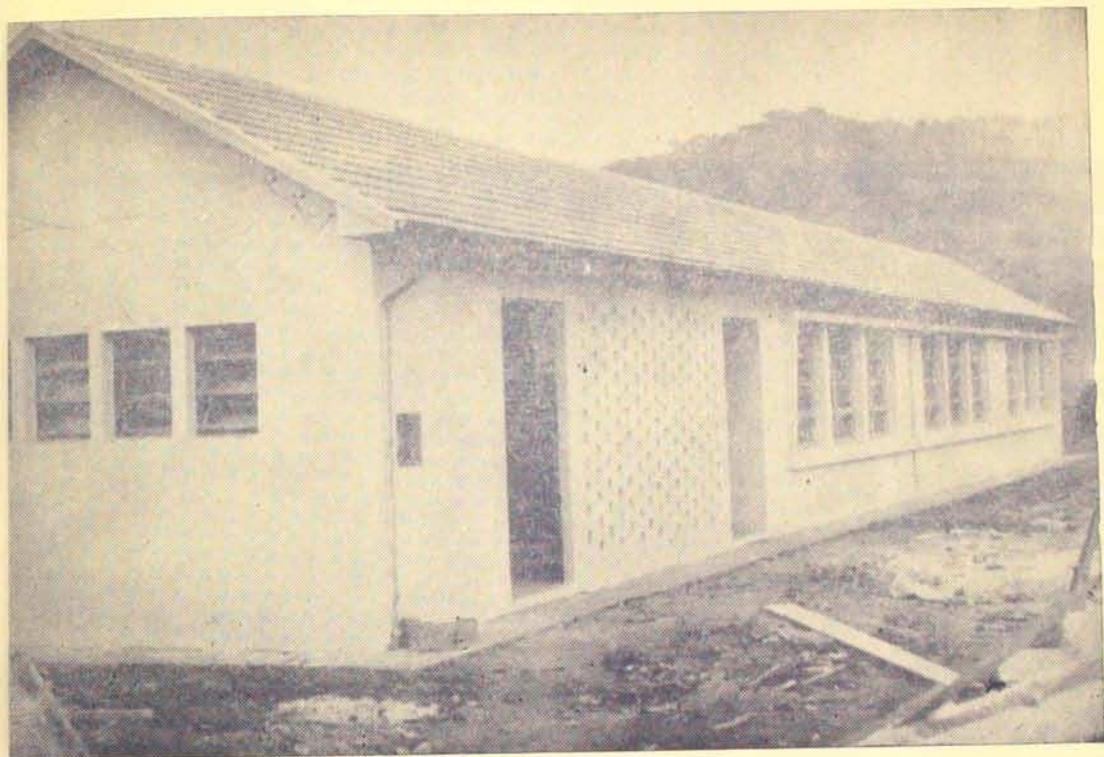
## PLANO DE ESCOLARIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

III — Resultados decorrentes da sua aplicação

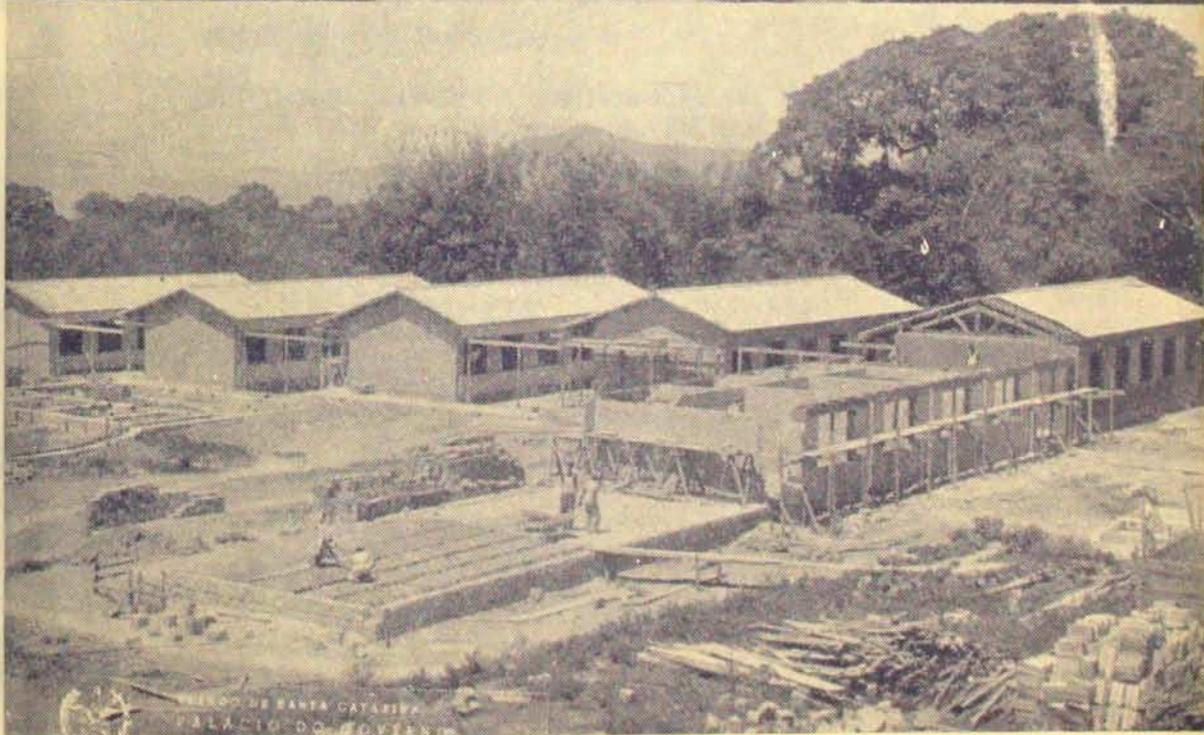
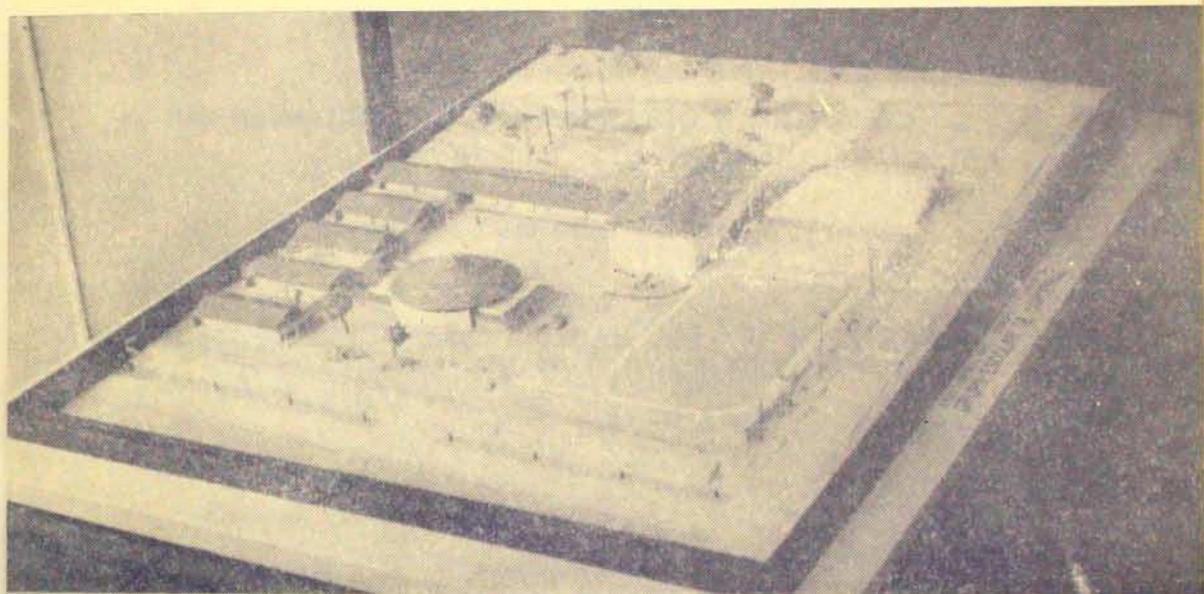
A n o s	POPULAÇÃO AO FIM DO ANO LETIVO		
	Em idade escolar (7 a 12 anos)	Adequadamente Escolarizada	Precariamente es- colarizada ou não Escolarizada
1961 .....	335.908	191.116	144.792
1962 .....	346.225	267.511	78.714
1963 .....	356.997	304.007	52.990
1964 .....	368.073	336.302	31.771
1965 .....	379.604	379.604	0



**Escola Rural (1 sala, em cima; e 2 salas, em baixo)**



**Grupo Escolar Padrão (3 salas); e perspectiva de Grupo Escolar Padrão (4 a 10 salas)**



Maquete e estado atual das obras do Grupo Escolar de Capoeiras — Fpolis

**Sub-Setor: ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO E PRIMÁRIO**

(Objetivo: 1.000 salas em 1962)

ESCOLAS RURAIS (UMA E DUAS SALAS) PROGRAMADAS E CONTRATADAS PELO GRUPO EXECUTIVO DE PRÉDIOS ESCOLARES

**Formas de Execução**

Convênio com as Prefeituras

Contrato com Particulares

Administração direta (colaboração da SVOP através da DOP — Residências do DER)

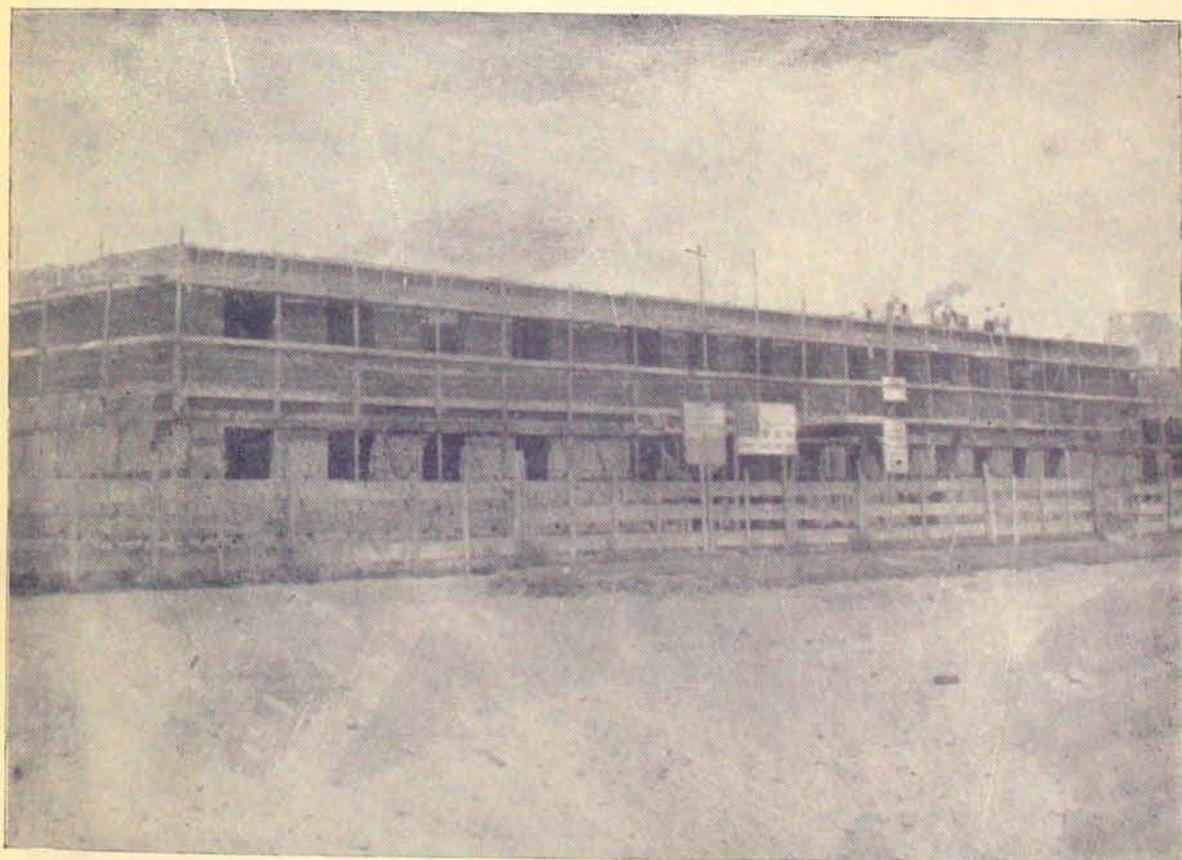
entregues até 31-12-62 .....	441
em fase de recebimento ....	116
em construção .....	304
	<hr/>
total .....	861

## CONSTRUÇÃO DE GRUPOS ESCOLARES

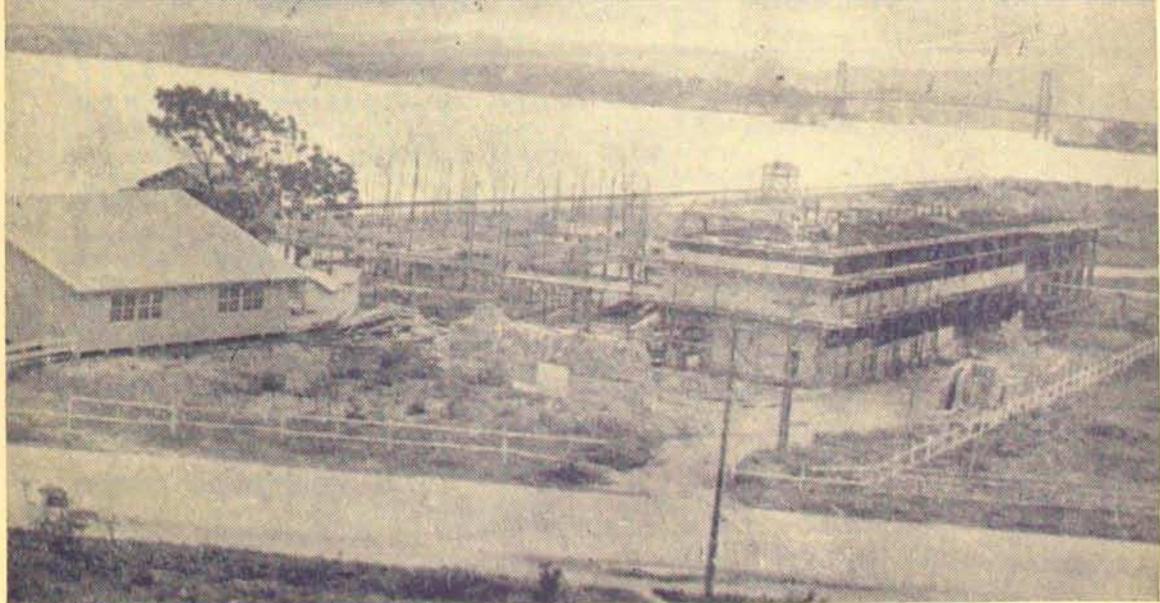
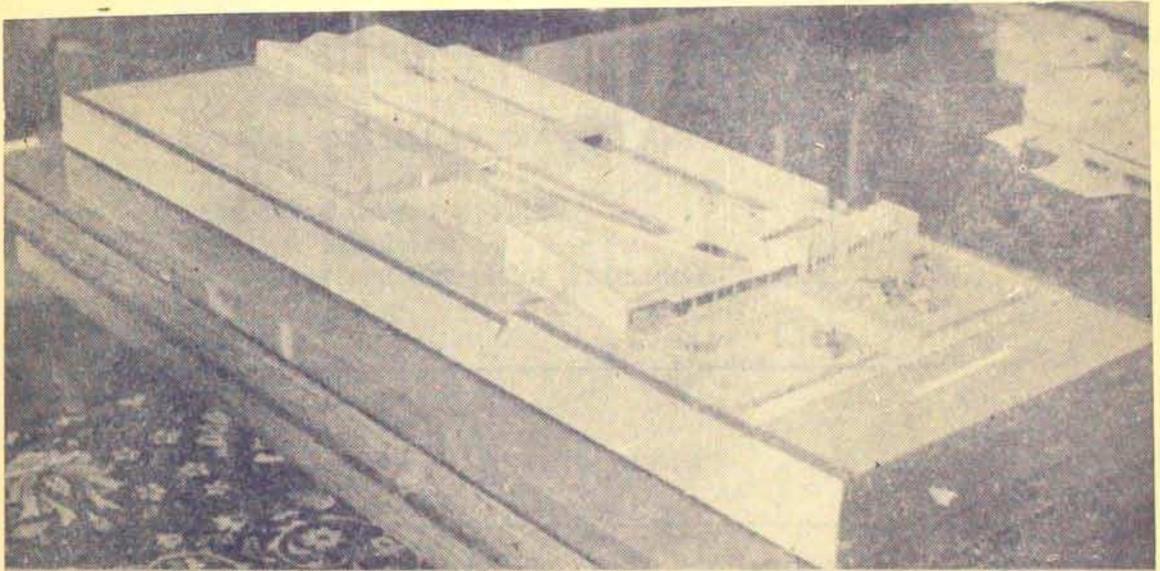
Especificação	N. de Salas	Município
G. E. de Ganchos .....	3	Biguaçu
G. E. de Canto dos Ganchos ....	3	Biguaçu
G. E. de Garcia .....	4	Blumenau
G. E. de Ponta Aguda .....	6	Blumenau
G. E. do Centro da Práia .....	3	Camboriú
G. E. de Vargem .....	3	Campos Novos
G. E. de Dal Pae .....	4	Campos Novos
G. E. de Arabutã .....	3	Concórdia
G. E. de Rio Maina .....	4	Criciúma
G. E. de Capoeiras .....	8	Florianópolis
G. E. da Prainha .....	10	Florianópolis
G. E. de José Boiteux .....	3	Ibirama
G. E. de Cangueri .....	3	Imaruí
G. E. de Cangueri de Fora .....	3	Imaruí
G. E. de Imbituba .....	5	Imbituba
G. E. de Petrolândia .....	3	Petrolândia
G. E. de Floresta .....	6	Joinville
G. E. de Guatá .....	6	Lauro Müller
G. E. de Aririú .....	6	Palhoça
G. E. de Tocos .....	3	Pôrto União
G. E. de Vila Nova .....	+ 2	Rio Negrinho
G. E. de Marta Tavares .....	+ 2	Rio Negrinho
G. E. de Salto Maruí .....	4	São José
G. E. de Salete .....	4	Salete
G. E. de Salto Veloso .....	4	Salto Veloso
G. E. de Santa Rosa .....	4	Sombrio
G. E. de José do Patrocínio .....	3	Siderópolis
G. E. de Passo Manso .....	3	Taió
G. E. de Passagem .....	6	Tubarão
G. E. de Morretes .....	6	Tubarão
G. E. da Cidade .....	6	Tubarão
G. E. de Esquina .....	4	Urubici
G. E. de Lageado Grande .....	4	Xaxim
<b>TOTAL .....</b>	<b>141</b>	

### FORMA DE EXECUÇÃO

Contratos e Administração direta (SVOP com a colaboração DOP e Engenheiros Residentes do DER).



**Escola Normal de Araranguá**



**Em cima — maquete do Colégio Estadual Celso Ramos, de Joinville**  
**Em baixo — estado atual das obras do Grupo Escolar da Prainha — Florianópolis**

**ESCOLAS E GRUPOS ESCOLARES INICIADOS EM  
EXERCÍCIOS ANTERIORES E CONCLUÍDOS PELA DOP  
COM RECURSOS DO PLANO DE METAS DO GOVERNO  
CELSO RAMOS**

**Forma de Execução**

Administração direta (SVOP através da DOP)  
Total de salas concluídas ..... 111

**TOTAL DE SALAS DO SUB SETOR**

Escolas Rurais ..... 861  
Grupos Escolares ..... 141  
Iniciadas em exercícios anteriores .. 111  

---

Total ..... 1.113

**Sub-setor: ENSINO MÉDIO**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho (+) .....	Florianópolis
Preparação do terreno para o Colégio Estadual (X) .....	Joinville
Construção da Escola Normal (X) .....	Araranguá
Construção do Ginásio Estadual (X) .....	Palhoça
Prosseguimento das obras do Colégio e Escola Normal (X) .....	São Joaquim
Equipamento para a Escola de Aprendizagem Industrial (auxílio ao SENAI) .....	Lajes
Construção da Escola Normal e Ginásio ...	Laguna
Ginásio Industrial (convênio com MEC) ...	Itajaí

**FORMA DE EXECUÇÃO**

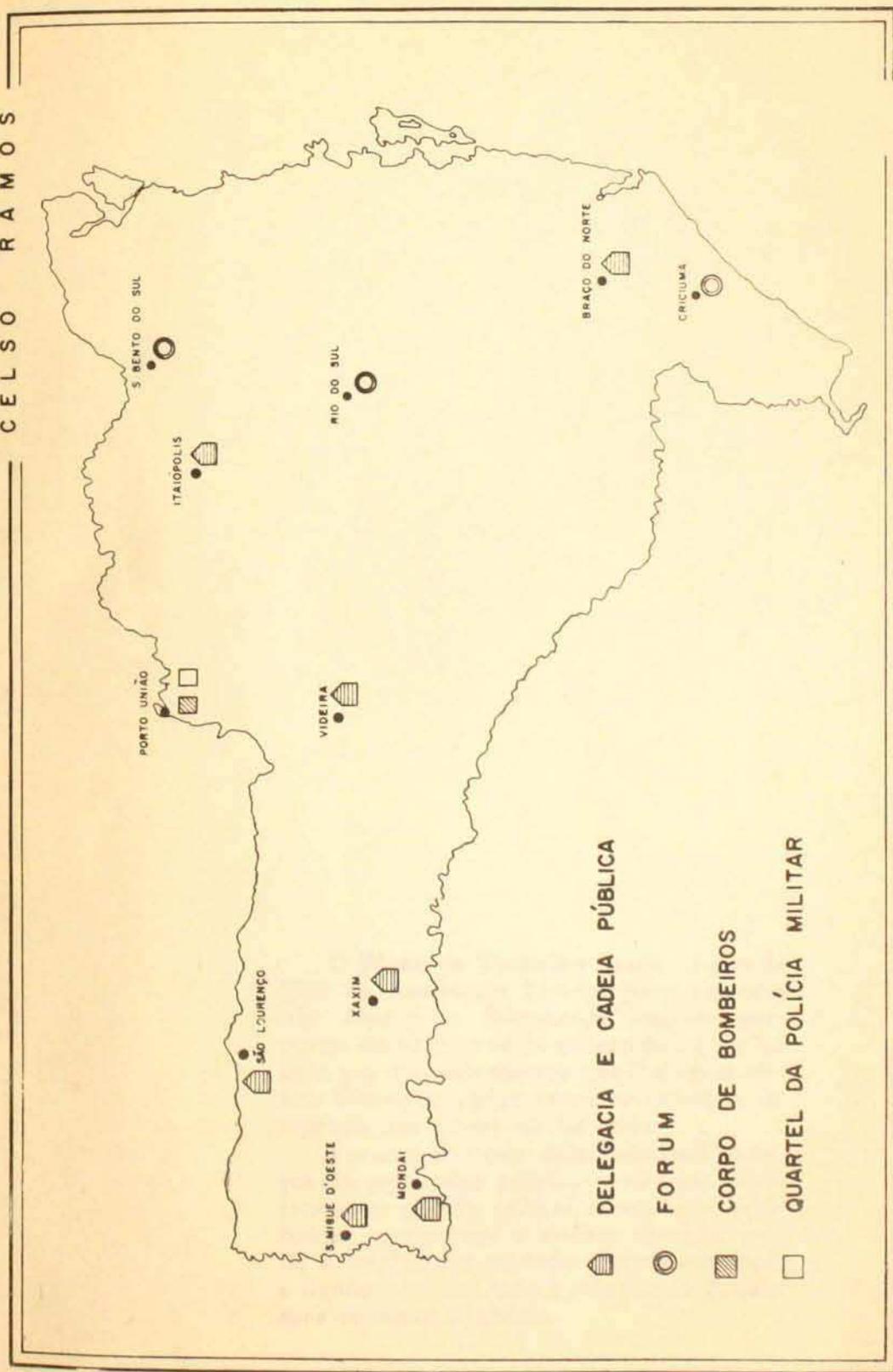
- (+) Contrato com particular.  
(X) Convênio com S. V. O. P.

DIVERSOS RELACIONADOS NO SETOR EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Conclusão e aquisição de equipamento do Jardim de Infância .....	Joinville
Realização, em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, de 5 cursos de aperfeiçoamento de professores de escolas rurais, atingindo os Municípios:	
1 — Araranguá, Turvo, Sombrio, Jacinto Machado e São João do Sul .....	Araranguá
2 — Videira, Rio das Antas, Caçador, Salto Veloso, Arroio Trinta, Pinheiro Preto e Tangará .....	Videira
3 — Tubarão, Jaguaruna, Pedras Grandes, Gravatal e Armazém .....	Tubarão
4 — São Bento do Sul, Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis e Rio Negrinho .....	São Bento do Sul
5 — São Miguel d'Oeste, Descanso, Dionísio Cerqueira, São José do Cedro e Maravilha	São Miguel d'Oeste
Ampliação do Colégio Santa Maria Goretti (convênio com a Congregação das Irmãs da Divina Providência) .....	Anita Garibaldi
Construção do Novo Pavilhão Industrial (convênio com a Instituição das Damas de Caridade) .....	Urussanga
Construção de 7 salas de aula provisórias, para atender o Ginásio Estadual Celso Ramos (contrato com firma particular) ..	Joinville
Curso de aperfeiçoamento para professores de ginásios normais (convênio com a Secretaria de Educação e Cultura) .....	Florianópolis

**11**

**Setor: JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**



O Plano de Trabalho para o ano de 1962 da Assessoria Técnica para assuntos de Justiça e Segurança Pública procurou atender às reais necessidades do Estado nos diversos setores que lhe estão afetos. Visava um planejamento objetivo, integrado nas metas do Governo.

Foruns; edifícios destinados aos serviços de segurança pública; problema penitenciário; polícia militar e corpo de bombeiros, mereceram a melhor atenção, sendo a localização cuidadosamente estudada e dando-se prioridade à solução de problemas de maior urgência.

## 1. Foruns

Cumprindo seu programa de dotar os serviços de Justiça, no interior do Estado, com instalações melhores e de acôrdo com a sua importância e dignidade, o Plano de Metas continuou a construção do Forum de Criciúma, em fase bem adiantada; iniciou a de São Bento do Sul e, em convênio com a Prefeitura, está construindo o Centro Cívico de Rio do Sul, cujo edifício inclui instalações para os serviços forenses.

## 2. Edifícios destinados aos serviços de Segurança Pública

Dois objetivos nortearam as atividades neste setor:

a) proporcionar melhores condições de trabalho aos serviços policiais das Delegacias;

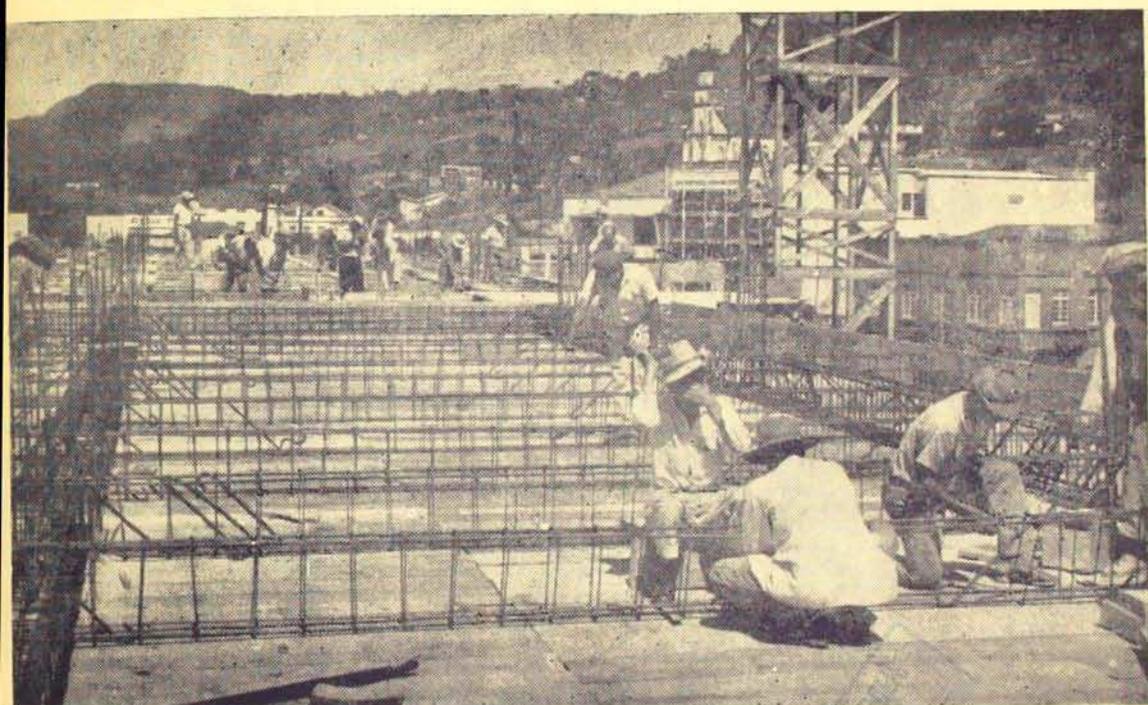
b) solucionar, de imediato, dentro do plano de construção e equipamento de Cadeias Públicas, os graves e desumanos inconvenientes do congestionamento de presos, que se observa na Penitenciária Estadual, por ser o número de detentos superior às acomodações da mesma.

Para alcançá-los, o Plano de Metas, no setor policial e carcerário, está construindo os respectivos edifícios, todos em fase adiantada, nos seguintes municípios:

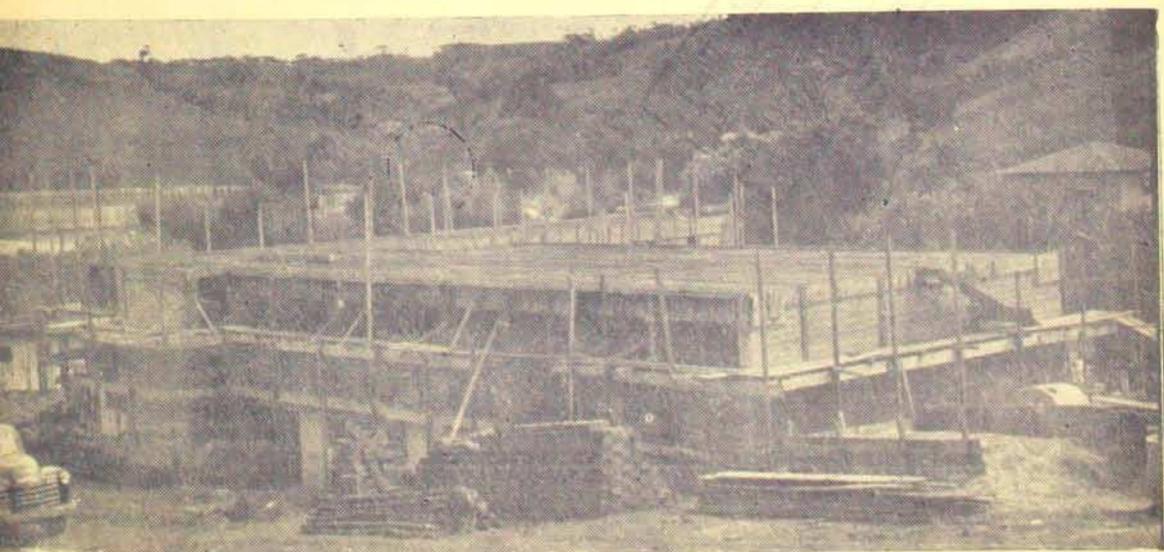
Braço do Norte, Mondaí, Itaiópolis, São Miguel d'Oeste, Taió, Xaxim, São Lourenço D'Oeste e Videira, êstes dois últimos iniciados em exercícios anteriores.

## 3. Problema Penitenciário

A atual Penitenciária do Estado encontra-se com cerca de 200 detentos a mais do que lhe permitem as suas instalações, enquanto que nas Cadeias Públicas do Interior, superlotadas, igual número aguarda a oportunidade de internamento em estabelecimento adequado à sua recuperação, através da terapêutica do trabalho em ambiente sem promiscuidade, permitindo a aplicação dos métodos penitenciários modernos.



**Centro Cívico (e Forum) de Rio do Sul**



**Delegacia e Cadeia de Videira**

Dáí haver sido prevista a construção de uma Penitenciária Agrícola em Chapecó. No exercício, foram realizados todos os estudos técnicos atinentes a êsse importante empreendimento, devendo as obras do edifício iniciar-se em princípios de 1963.

#### **4. Polícia Militar e Corpo de Bombeiros**

Dentro do programa de descentralização de contingente da Polícia Militar para o interior do Estado, foram contratadas as construções dos prédios do Quartel e do Corpo de Bombeiros de Pôrto União.

O Plano de Metas adquiriu equipamentos para o Corpo de Bombeiros de Florianópolis, bem como material gráfico, de rádio, de laboratório, de odontologia e de radiografia para a Polícia Militar

Outrossim, foi iniciada, em 1962, a construção da Oficina Mecânica da P. M..

Sub-setor: SEDES DO PODER JUDICIÁRIO NO INTERIOR

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Forum (X) .....	Criciúma
Forum e Centro Cívico (+) .....	Rio do Sul
Forum (X) .....	São Bento do Sul

FORMA DE EXECUÇÃO

(+) Convênio com a Prefeitura.

(X) Administração Direta (execução pela SVOP através da Residência do D. E. R.).

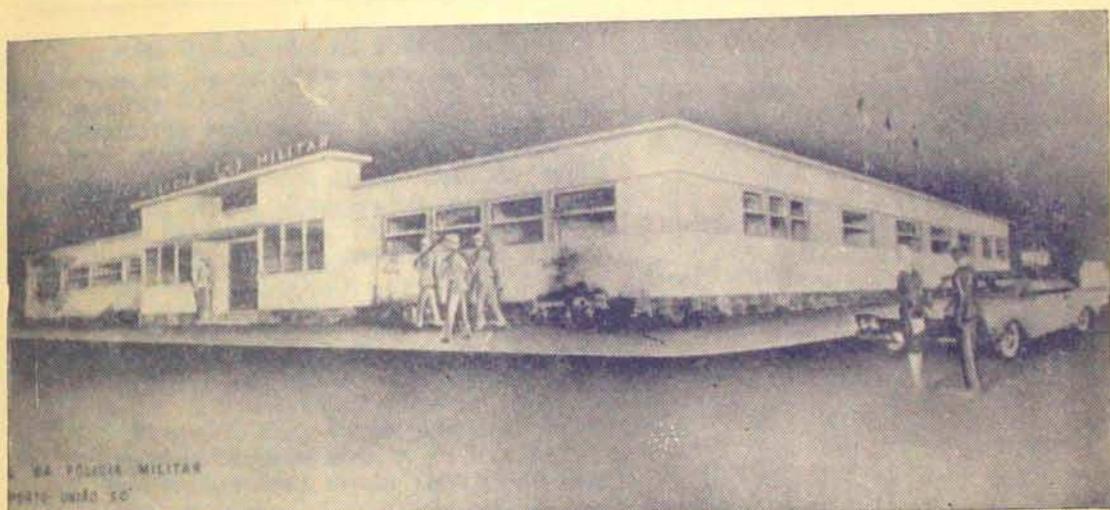
Sub-setor: EDIFÍCIOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Delegacia e Cadeia .....	Braço do Norte
Delegacia e Cadeia .....	Itaiópolis
Delegacia e Cadeia .....	Mondaí
Delegacia e Cadeia .....	S. Lourenço d'Oeste
Delegacia e Cadeia .....	São Miguel d'Oeste
Delegacia e Cadeia .....	Taió
Delegacia e Cadeia .....	Videira
Delegacia e Cadeia .....	Xaxim

FORMA DE EXECUÇÃO

Contrato com firma particular.

Administração Direta (execução pela SVOP através da DOP e Residência do DER).



**Perspectiva do Quartel da Polícia Militar de Porto União**



**Corpo de Bombeiros de Porto União**

**DIVERSOS RELACIONADOS NO SETOR JUSTIÇA E SEGURANÇA  
PÚBLICA**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Construção do Quartel da Polícia Militar (1)	Pôrto União
Construção do prédio para o Corpo de Bombeiros (1) .....	Pôrto União
Aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros (2) .....	Florianópolis
Aquisição de material tipográfico, de rádio, de laboratório e odontológico para a Polícia Militar (2) .....	Florianópolis
Construção da oficina mecânica da Polícia Militar (3) .....	Florianópolis

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Contrato com firma particular.
- (2) Compromissos com a Polícia Militar.
- (3) Administração direta (SVOP — DOP).

**III**

**Setor: SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**

Com base nos estudos e levantamento realizados em 1961, a Assessoria de Saúde e Assistência Social do PLAMEG, em 1962 iniciando os seus trabalhos, procurou uma fórmula objetiva, capaz de permitir solução imediata para os problemas mais prementes e mediata para os que demandassem, por sua complexidade, maior espaço de tempo.

Resumidamente, os trabalhos tiveram nos diversos setores afetos à esta Assessoria, a seguinte distribuição:

### **1. Administração e outros serviços:**

Os serviços de administração, registro e avaliação, prestados pelas unidades de Saúde Pública do Estado, necessitavam de novos métodos e técnicas capazes de atender os elementos indispensáveis ao perfeito entrosamento dos seus diversos retores.

### **2. Plano Imediato de Reparcelamento dos Centros e Postos de Saúde e Puericultura.**

Tal como o sub-setor anterior, as unidades sanitárias estaduais, em número de 59, apresentavam-se, quase tôdas, em precário estado de funcionamento.

A recuperação e o reparcelamento dessas unidades, mereceram a atenção do PLAMEG, a fim de que voltassem a prestar a assistência de que são capazes.

O Plano de reparcelamento desdobrou-se nos seguintes projetos específicos:

- a) reforma e recuperação de prédios;
- b) aquisição de material;
- c) recuperação de material.

Êsses projetos, já concluídos, estão em fase inicial de execução.

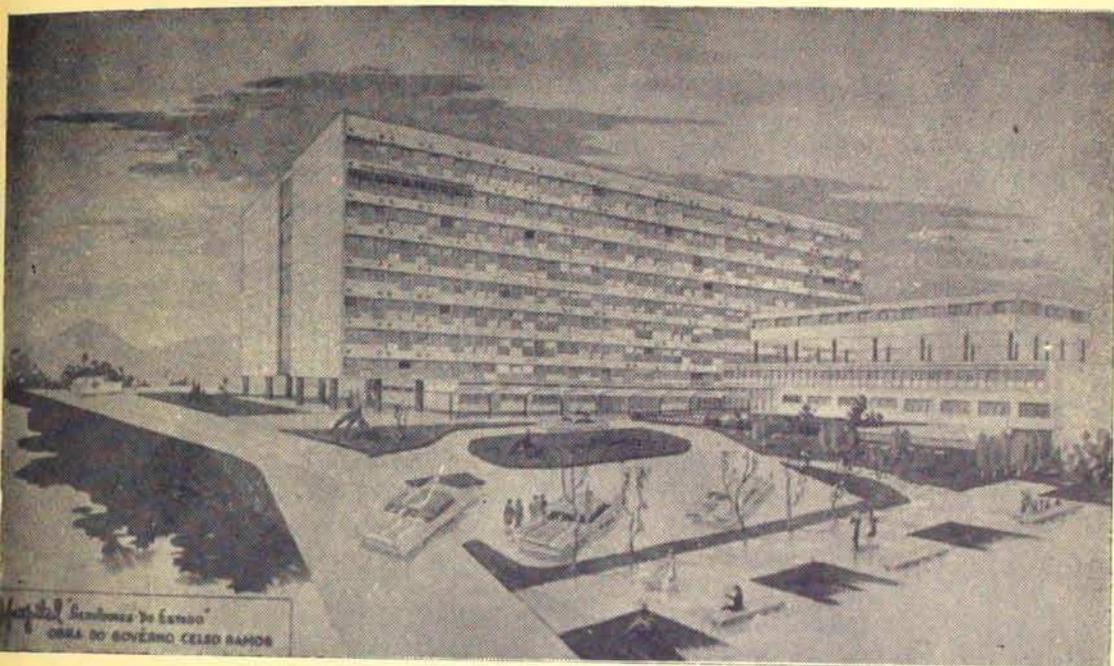
### **3. Assistência Hospitalar Materno-Infantil:**

No sub-setor programou-se a conclusão do Hospital Infantil de Florianópolis (anexo à Maternidade Carmela Dutra) e a construção da "Ala Infantil do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen" de Itajaí.

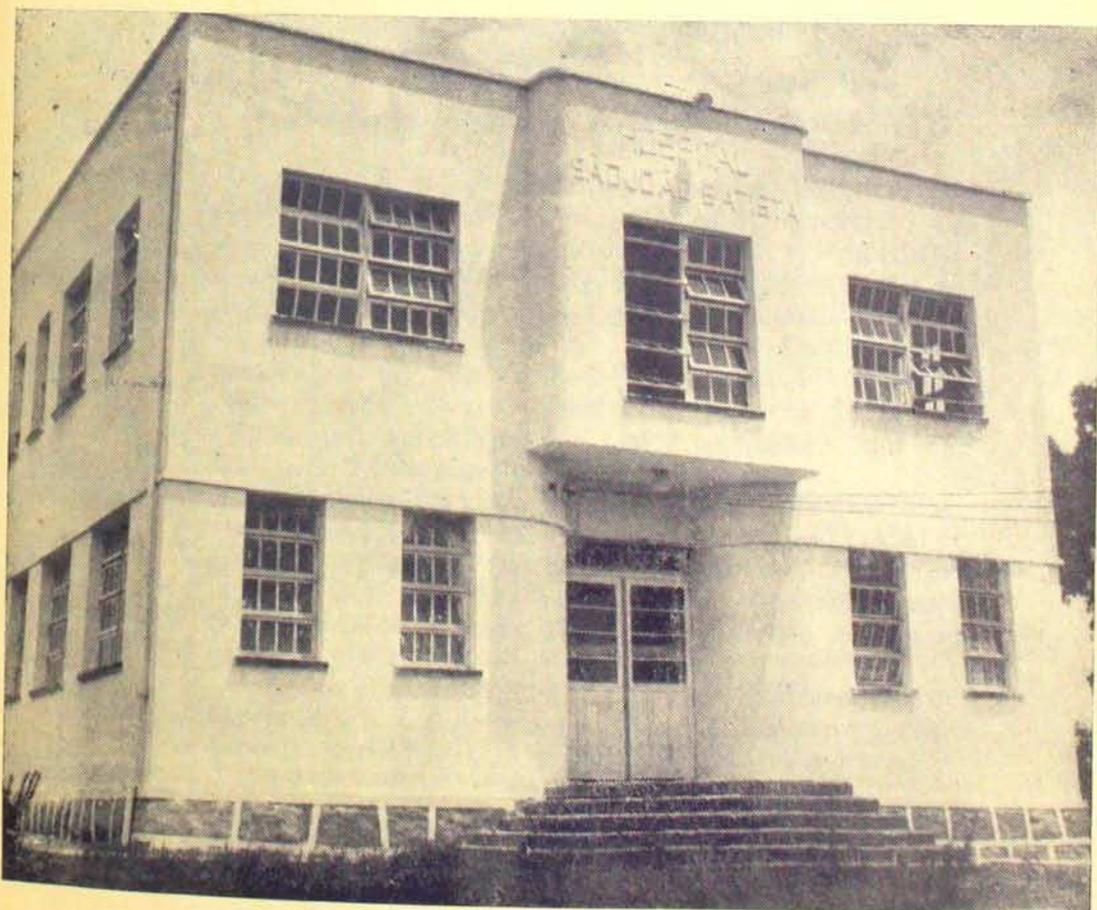
Os empreendimentos se acham concluídos.

### **4. Assistência Hospitalar Geral e Subvenções**

Através de convênio com a Prefeitura Municipal e Comissão Diretora do Hospital, foi financiada a conclusão do Hospital São João Batista, de Imaruí, por antecipação dos recursos federais destinados à obra.



**Hospital dos Servidores do Estado (perspectiva) — Fpolis**



**Hospital São João Batista — Imaruí**  
Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Com a finalidade de fazer funcionar um estabelecimento hospitalar para tuberculosos, essa assessoria, através de convênio com a Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Itajaí, proprietária do prédio do Hospital Santa Beatriz, procedeu às reformas, adaptação e equipamento daquele nosocômio.

O Hospital Santa Beatriz, com 50 leitos, já está em funcionamento.

#### **5. Assistência Médico-Especializada**

A instalação do Instituto de Cardiologia e Serviço de Diagnóstico Precoce do Cancer foi o objetivo visado neste sub-setor. No exercício de 1962 foram tomadas as seguintes providências:

- a) constituição de um grupo executivo;
- b) adaptação do prédio para a instalação do Instituto;
- c) importação do material especializado.

Tão logo seja recebido o material, o Instituto dará início às suas atividades.

#### **6. Saneamento Básico e Saneamento Rural**

Os serviços de saneamento urbano registraram, como empreendimentos prioritários no exercício, os seguintes serviços: em convênio com a Prefeitura, construção da Rêde Leste e Nôvo Reservatório de Água na cidade de Lajes, já em término de execução; o levantamento da Praia de Camboriú; e assinatura de convênio de delegação de encargos com o DAES, para execução dos serviços de saneamento, por ampliação das redes existentes, nas cidades de Florianópolis, Itajaí e Tubarão.

O Plano Piloto da Ilha de Santa Catarina, executado através de convênio firmado pelo PLAMEG com a Legião Barsileira de Assistência e a Prefeitura, visando a extinção da verminose na zona rural de Florianópolis, teve franco andamento no exercício de 1962.

Êstes empreendimentos atestam o interêsse do Governo do Estado para a solução dos graves problemas que afligem a população urbana e rural.

## 7. Plano Imediato de Imunização da Comunidade Catarinense

Previu-se, neste sub-setor, a imunização em massa da comunidade catarinense contra a varíola, difteria, coqueluche, tétano, poliomielite, lepra e tuberculose.

O objetivo previsto para 1962 foi alcançado com a aplicação do "tetraimun" (vacina associada para a profilaxia da difteria, coqueluche, tétano), B.C.G. liofilizado (lepra e tuberculose), vacina "sabin" (poliomielite) e vacina anti-tífica liofilizada (tifo).

Com a imunização efetuada no decorrer do ano de 1962, verificou-se, na capital, a eliminação quase total da incidência dessas moléstias.

## 8. Educação Sanitária

Através do empreendimento, visa o Govêrno do Estado, obter a participação do povo para o êxito das medidas preventivas contra as moléstias infecto-contagiosas.

Sua execução compreenderá uma campanha de educação e orientação sanitária.

Tratando-se de empreendimento pioneiro e de complexa organização, o projeto se acha em fase de conclusão para sua aplicação eficiente no exercício de 1963.

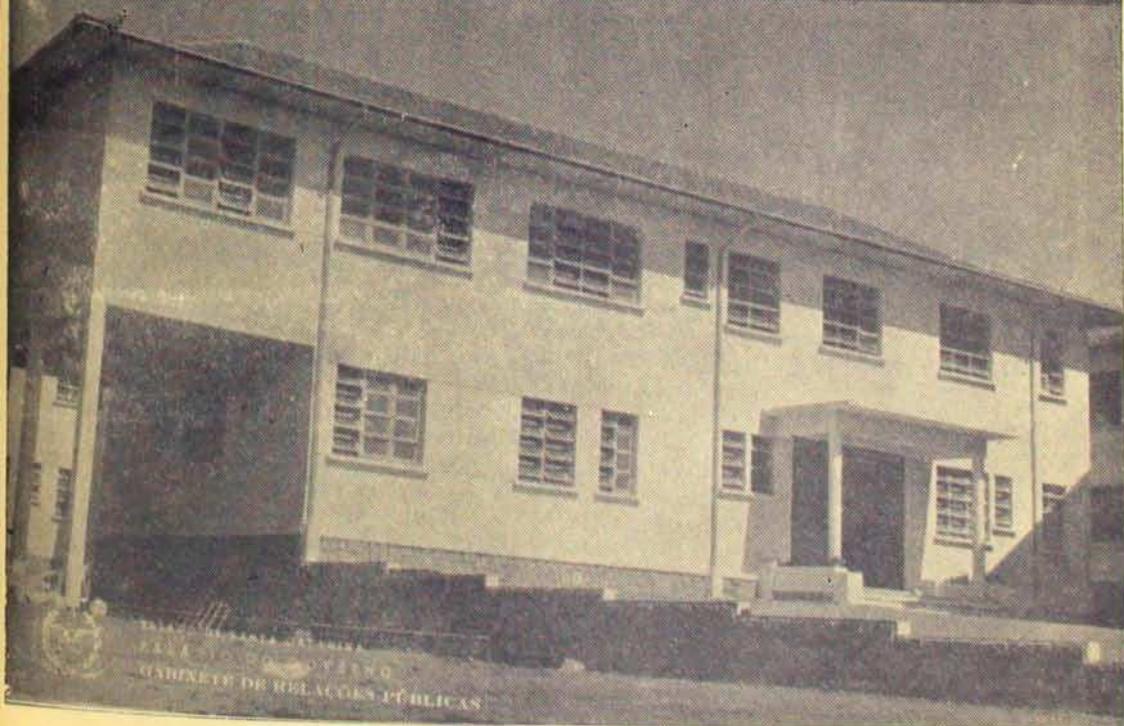
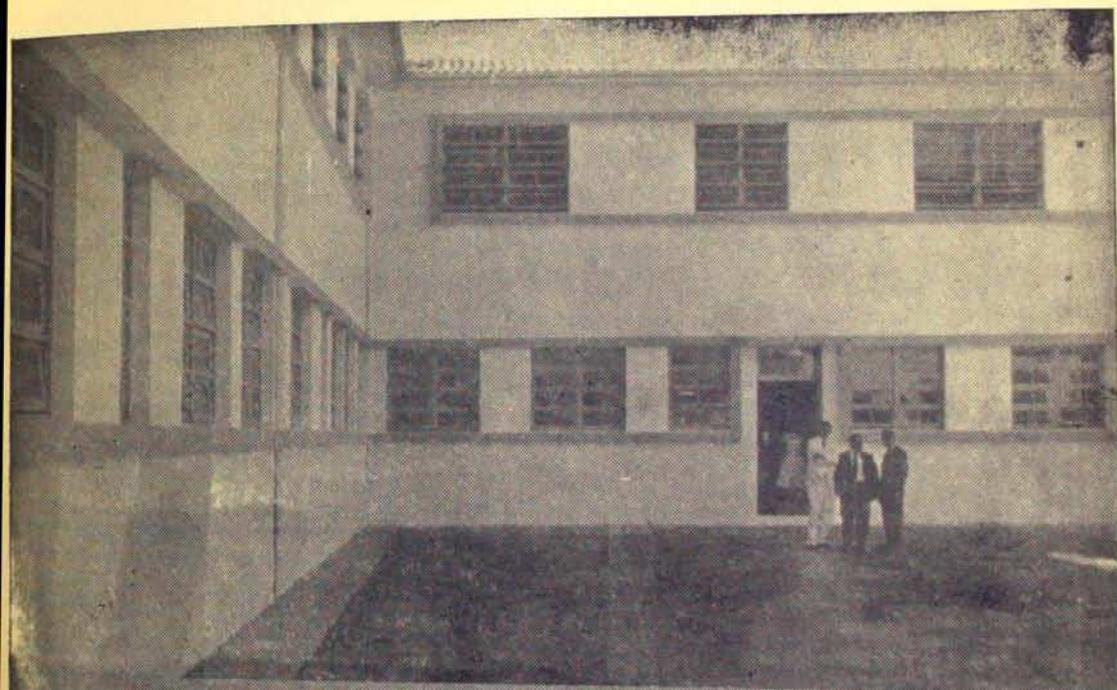
## 9. Laboratórios e Produção Industrial:

O objetivo do sub-setor é dotar o Departamento de Saúde Pública de um laboratório capaz de atender às exigências atuais.

O projeto respectivo, já concluído, será executado, no exercício de 1963.

## 10. Melhoria do Nível Técnico do Pessoal:

Dotar os serviços de Saúde Pública com elemento humano especializado, eis o objetivo do sub-setor. Para a consecução dessa meta, foram concedidas bolsas de estudo para o aperfeiçoamento do pessoal de nível médio e superior entre médicos, farmacêutico e laboratoristas, num total de 8 bolsas.



Em cima — ala infantil do Hospital Marieta Konder Bornhausen — Itajaí  
Em baixo — Hospital Infantil anexo à Maternidade Carmela Dutra — Fpolis

**Sub-setor: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR GERAL E  
MATERNO-INFANTIL**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Construção da Ala Infantil do Hospital e Maternidade "Marieta Konder Bornhausen" (1)	Itajaí
Construção do Hospital Infantil, anexo à Maternidade "Carmela Dutra" (2) .....	Florianópolis
Reparos, adaptações e equipamento do Hospital Santa Beatriz (3) .....	Itajaí
Conclusão das obras do "Hospital São João Batista" (4) .....	Imaruí

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Grupo Executivo Especial.
- (2) Convênio com a SVOP com execução pela DOP.
- (3) Convênio com a SSAS e Sociedade Beneficente dos Trabalhadores.
- (4) Convênio com a Prefeitura e Comissão Diretora do Hospital

**Sub-setor: MELHORIA DO NÍVEL TÉCNICO DO PESSOAL**

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	N. DE BOLSAS
Cardiologia em São Paulo no Instituto de Cardiologia .....	1
Bromatologia em São Paulo .....	1
Médico Sanitarista no Rio de Janeiro .....	1
Bacteriologia em São Paulo .....	1
Tisiologia em São Paulo .....	2
Cardiologia em São Paulo .....	1
Análises clínicas em São Paulo .....	1

**FORMA DE EXECUÇÃO**

Contratos com os interessados.

**DIVERSOS RELACIONADOS NO SETOR SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Plano imediato de imunização da comunidade catarinense contra moléstias infecto-contagiosas (1) .....	Florianópolis
Tratamento e Profilaxia das Cardiopatias Congênicas e Adquiridas (Instituto de Cardiologia e Serviço Precoce do Câncer (2)	Florianópolis
Erradicação da Verminose da Zona Rural na Ilha de Santa Catarina, em convênio com a Legião Brasileira de Assistência (3) ....	Florianópolis

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Compromissos com o Departamento de Saúde Pública.
- (2) Grupo Executivo Especial.
- (3) Convênio com a Legião Brasileira de Assistência.

**IV**

**Setor: SISTEMA DE AGUA E ESGOTO**



Os investimentos destacados pelo PLAMEG para este setor, foram delegados ao Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES), através de convênio, para aplicação na melhoria dos sistemas de abastecimento dos centros urbanos dados como prioritários: Florianópolis, Itajaí, Tubarão e Lajes.

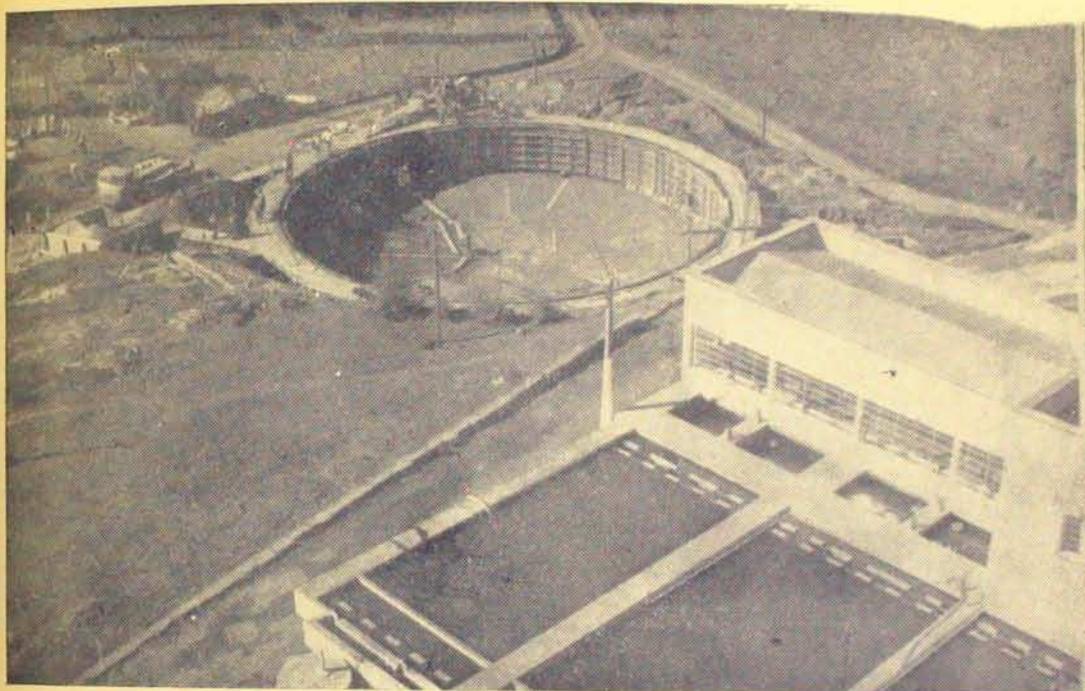
Os respectivos projetos específicos, já conclusos, terão execução progressiva no exercício de 1963, previsto o refôrço dos recursos atribuídos pelo PLAMEG àquêle Departamento Autônomo, com o auxílio da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, do Ponto IV e da United States Agency for Development Mission to Brazil (USAID), previsto em convênio firmado com o Governo do Estado.

**Sub-setor: AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DO ESTADO**

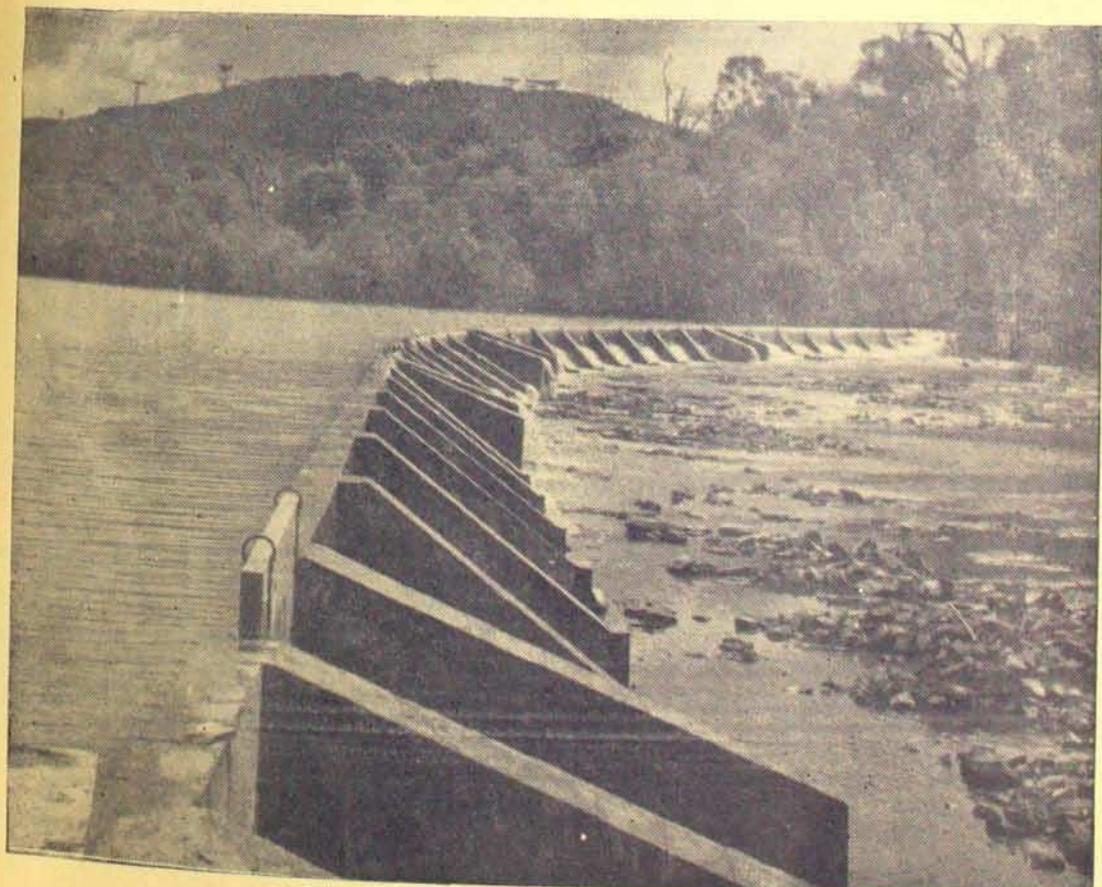
ESPECIFICAÇÃO	MUNICIPIO
Construção da Rêde Leste e Novo Reservatório d'água (1) .....	Lajes
Levantamento Topográfico e Cadastral (2) ..	Práia de Camboriú

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Convênio com a Prefeitura.
- (2) Contrato com particulares.



**Novo Reservatório de água de Lajes**



**Vileluz — Rio do Peixe — Barragem**  
Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

**Meta : O MEIO**

é um objetivo do

# ENERGIA



**PROGRAMA**  
R\$ 744.000.000,00

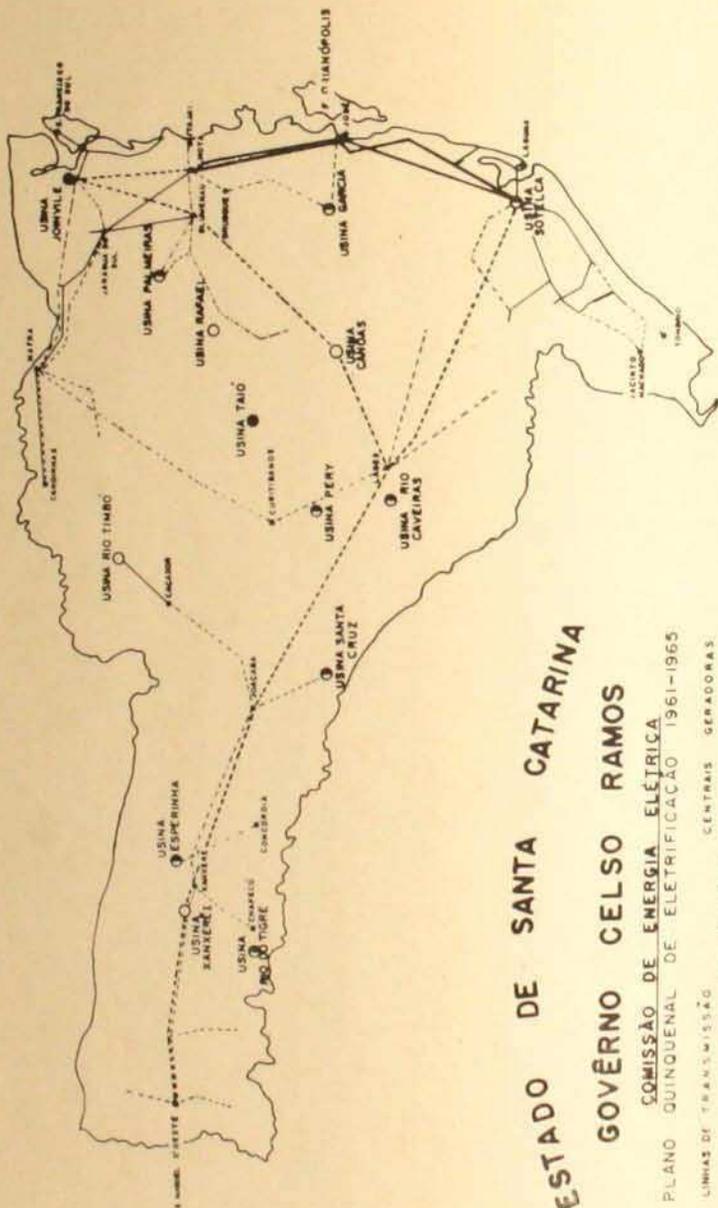
DE 40 WATTS/HABIT  
PARA 140 WATTS/HABIT



**META ALCANÇADA**  
R\$ 1.024.438.000,00

**I**

**Setor: ENERGIA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GOVERNO CELSO RAMOS**

COMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA  
 PLANO QUINQUENAL DE ELETRIFICAÇÃO 1961-1965

LINHAS DE TRANSMISSÃO CONVENIENTES CENTRAIS GERADORAS

PROJEÇÃO	EM CONSTRUÇÃO	EM PROJETO E ESTUDO
30 KV	15 KV	10 KV
15 KV	10 KV	5 KV
5 KV	3 KV	2 KV
2 KV	1 KV	0,5 KV

Para uma compreensão, em medidas exatas, do que era o problema energético em Santa Catarina, nas suas características de absoluta negatividade para o desenvolvimento da economia estadual, há que se verificar o seguinte: a capacidade instalada, em 1960, estava na ordem de 101.543,6 KW, o que, para a população de então, representava os modestos índices de 49,22 watts por habitante, um dos mais baixos de todo o país; por outro lado, se em 1958 o KWh/hab./ano era de 123, em 1960 baixava para 119, atestando um retrocesso alarmante entre índices de crescimento demográfico em relação aos acréscimos havidos de potência instalada.

Possuindo êsses dados, a Comissão de Energia Elétrica estabeleceu um Plano Quinquenal de Eletrificação, cisando a recuperação e ampliação do sistema energético de Santa Catarina, que permitisse, até 1965, alcançar o índice de 140 watts por habitante, sendo necessário, para tanto, um aumento da ordem de 260.000 KW no potencial instalado, o que será conseguido através de novas fontes geradoras.

Dada a complexidade do problema, o programa quinquenal foi desdobrado em dois planos: um, de emergência, para o imediato atendimento das áreas mais sacrificadas com o déficit de energia; o outro, a longo prazo. Tratados concomitantemente e acrescentados, ainda, de um Plano de Eletrificação Rural, objetivam colocar Santa Catarina num processo de desenvolvimento sócio-econômico equilibrado em todos os seus setores e em tôdas as suas regiões.

## 1. Plano de Emergência

Em decorrência dos resultados de novos estudos e do atraso da Usina Sotelca, a CEE concluiu pela necessidade de certas modificações no programa estabelecido para 1962, procurando evitar, com isso, situações de drásticas conseqüências para a economia catarinense, acelerando as obras nas fontes geradoras de energia, para um mais imediato aumento do potencial instalado nas regiões em que o "deficit" se apresentava mais alarmante.

Com isto, no Plano de Metas do Governo do Estado, o setor de Energia Elétrica foi o que ultrapassou os recursos previstos, aplicando 121,24%, o que foi determinado pelas seguintes razões:

a) — O governo do Estado subscreveu 200 milhões de cruzeiros no capital da Cia. Fôrça e Luz Santa Catarina, integrando-a ao sistema CELESC, para que, com êsses recursos, fôsse possível abreviar o término da Usina Palmeiras, de 22.000 KVA, quando nenhuma aplicação de capital para aí estava prevista;

b) — A Cia. Oeste recebeu 90 milhões, ao invés dos 46 milhões previstos, para imediata elevação da potência da Usina Esperinha de 2.000 KVA, para 7.200 KVA;

c) — A incorporação de uma Usina Térmica de 6.250 KVA no patrimônio da Empresul, como medida de absoluta emergência, contra o racionamento na estiagem de 1963, entrando em funcionamento no próximo mês de maio, ou seja, 11 meses após sua aquisição;

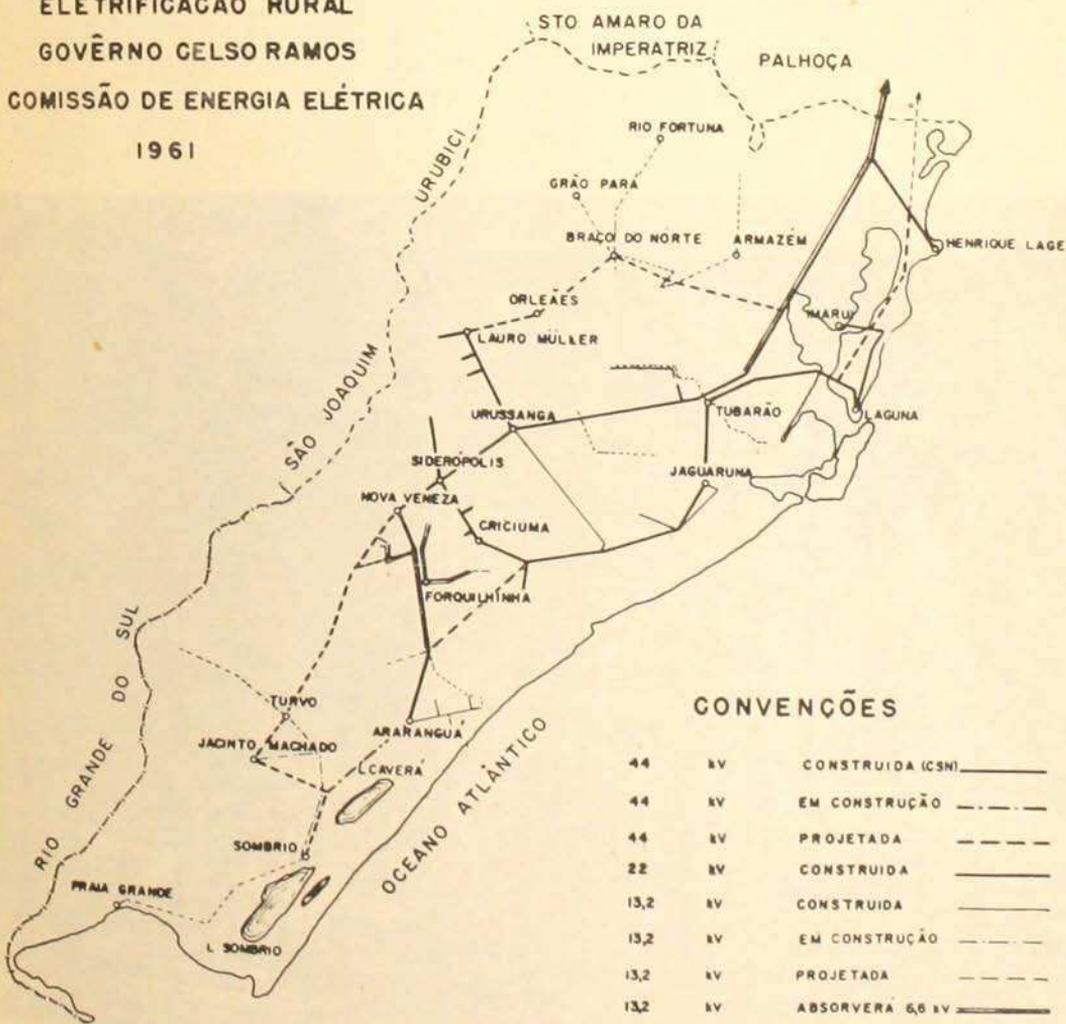
d) — O aumento, no potencial da Usina Cerveiras, da COSEL, que entregava ao consumo apenas 2.090 KVA, para 3.340 KVA e permitindo, no término do programa de ampliação, a imediata instalação de mais um quarto grupo de 2.000 KVA, que está em concorrência para aquisição, elevando para 5.340 aquela central.

Êsses, e os trabalhos que obedeceram ao programa estabelecido, ultrapassaram as obras previstas para 1962.

## 2. Plano a Longo Prazo

O Plano a longo prazo, que obedece à construção de novas centrais geradoras e à construção das

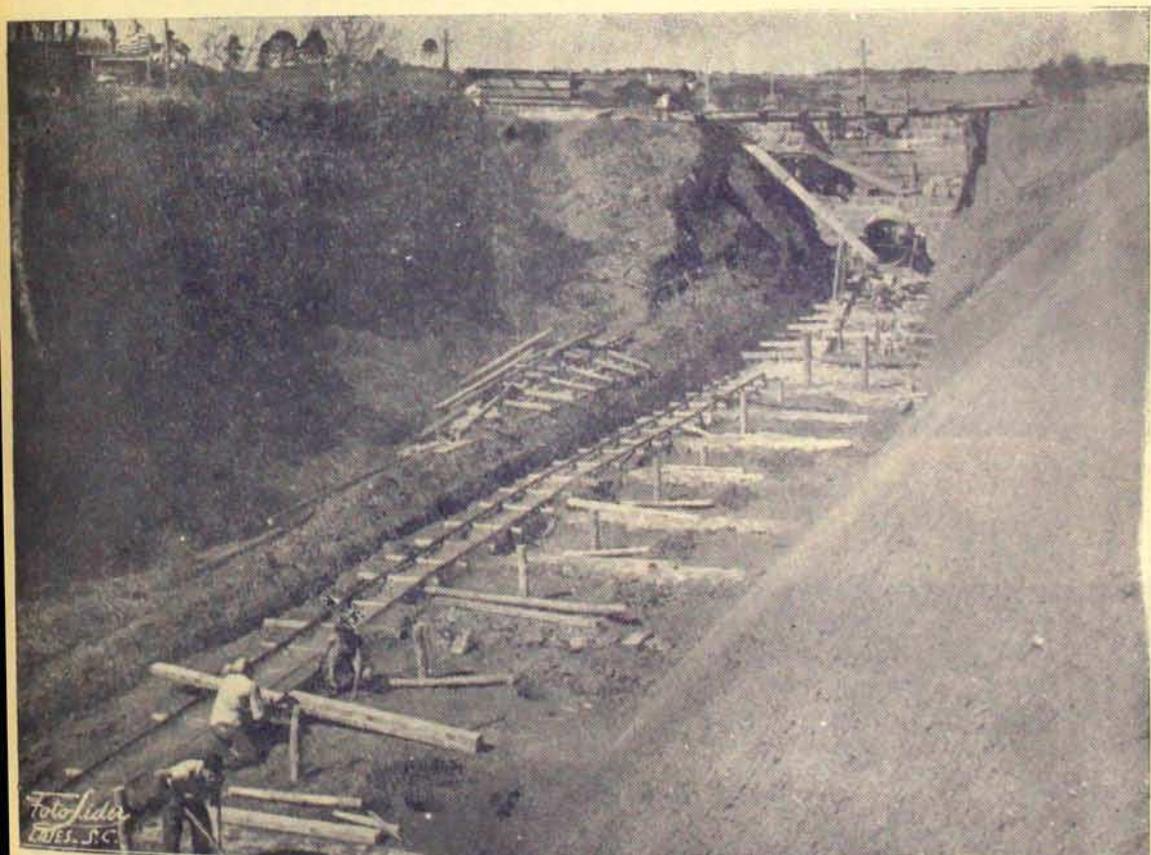
PLANO REGIONAL  
DE  
ELETRIFICAÇÃO RURAL  
GOVÊRNO GELSO RAMOS  
COMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA  
1961



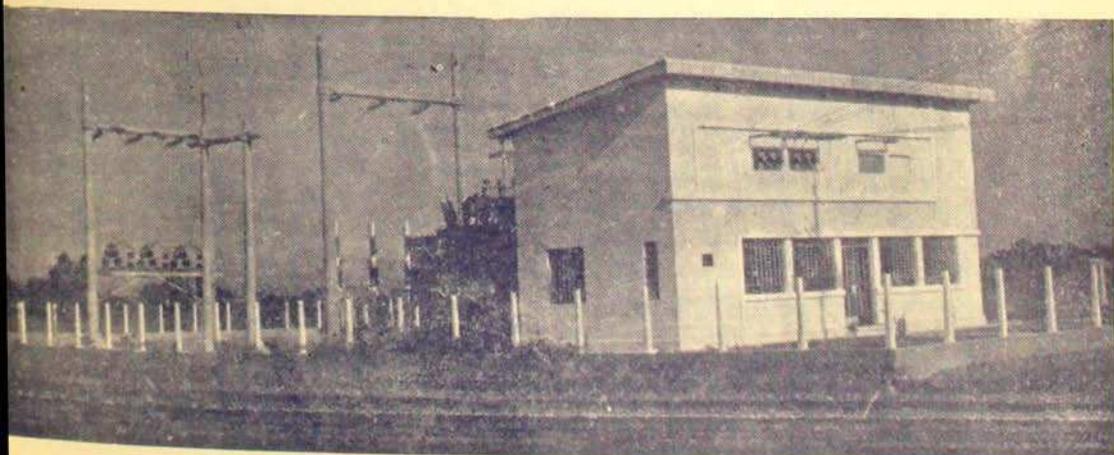
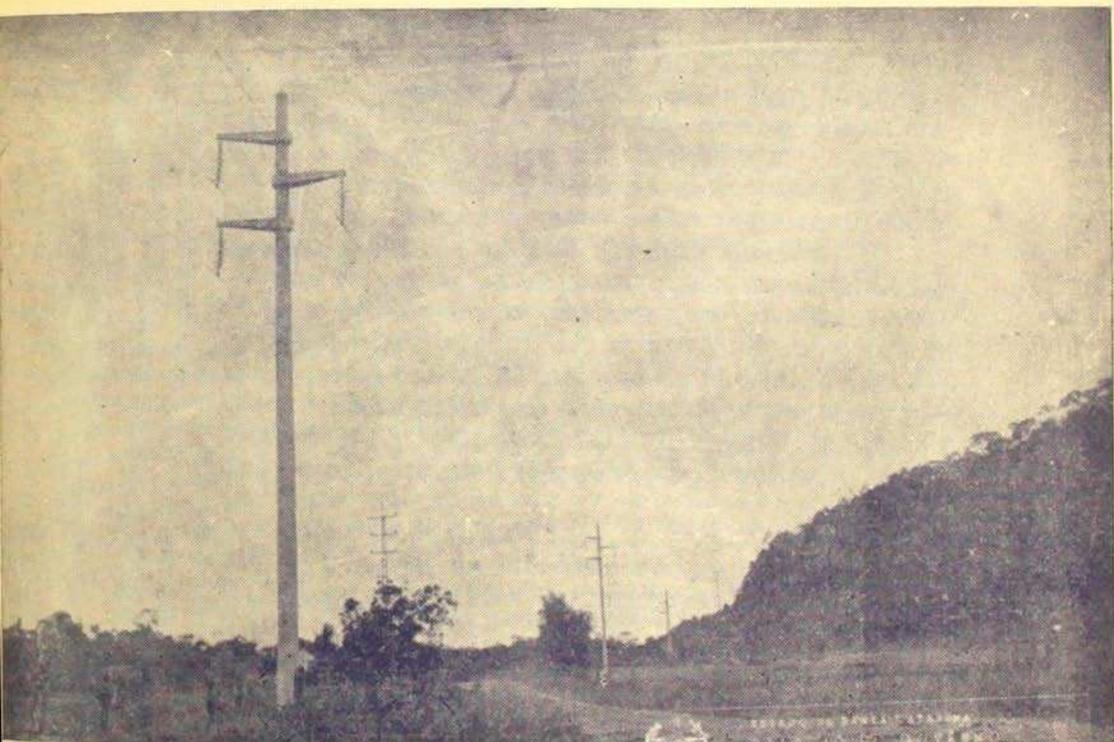
CONVENÇÕES

44	kV	CONSTRUIDA (CSN)	—————
44	kV	EM CONSTRUÇÃO	- - - - -
44	kV	PROJETADA	.....
22	kV	CONSTRUIDA	—————
13,2	kV	CONSTRUIDA	—————
13,2	kV	EM CONSTRUÇÃO	- - - - -
13,2	kV	PROJETADA	.....
13,2	kV	ABSORVERÁ 6,6 kV	—————
44	kV	A DEMOLIR	===== ===== =====

ESCALA - 1:1000 000



**Trabalho de ampliação da Usina Caveiras — Lajes**



**Em cima — linha de transmissão Joinvile — Jaraguá**  
**Em baixo — sub estação abaixadora de Cordeiros**

respectivas linhas de transmissão, obteve o ritmo de desenvolvimento previsto e desejado, tanto nas centrais (Usinas) como nas linhas de transmissão.

### 3. Eletrificação Rural

O Plano de Eletrificação Rural, visando a implantação de energia elétrica em vilas, distritos e municípios de pouca expressão demográfica, permitindo novas iniciativas econômicas, formando centros consumidores, além de incentivar o homem rural a um comportamento social mais confortável, fixando-o à terra, obteve absoluto sucesso.

Ele é indispensável, para que o desenvolvimento sócio-econômico, se processe, de maneira uniforme e harmoniosa, em tôdas as áreas e setores da economia catarinense. Abastecerá de energia os centros industriais, evitando o colapso de suas atividades produtivas, e ampliando-as, ao mesmo tempo em que promoverá uma remodelação benéfica na infraestrutura suburbana.

Como os investimentos na indústria energética são desprovidos de atrativos para o capital privado, foi adotada a política de cooperativismo na eletrificação rural, despertando, no homem do campo, o sentimento de solidariedade e de cooperação, forjando e estimulando o espírito de empresa e conclamando-o a divulgar fatos e problemas ligados à estrutura e à conjuntura econômica regional.

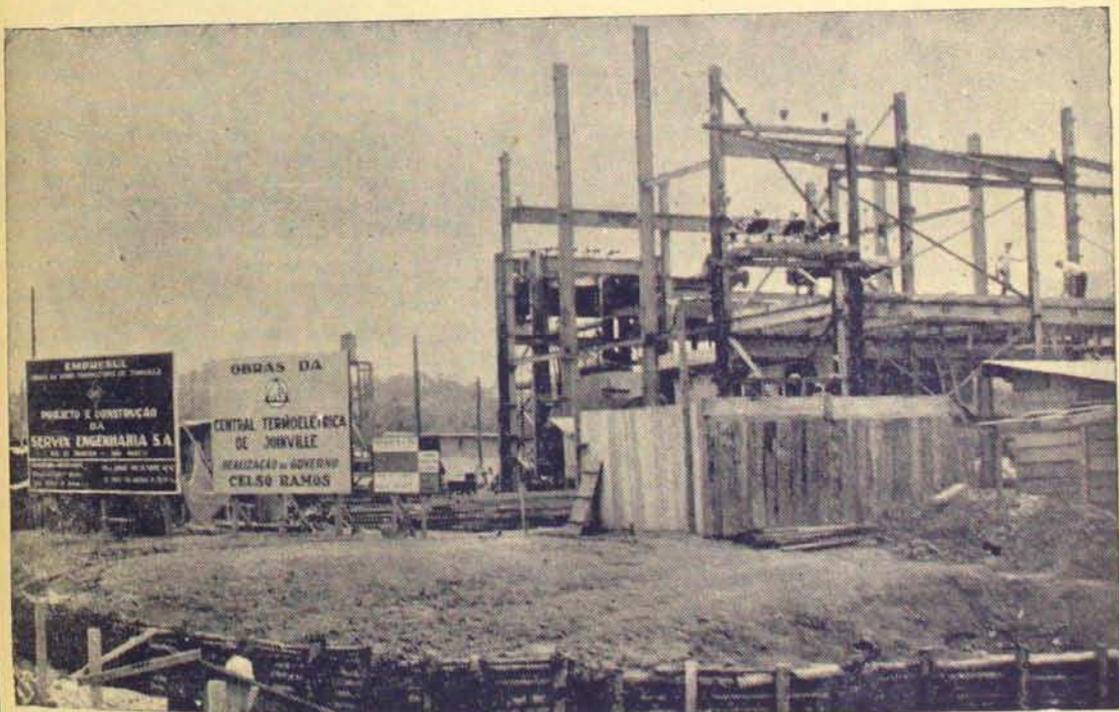
Dentro desta política, o Governo participa, através da CEE, com a quase totalidade do capital, promove os estudos, o planejamento, a assistência técnica, a execução, entregando os serviços à livre administração das Cooperativas, o que lhes desperta o sentimento do zelo à propriedade.

Nada menos de 25 Cooperativas de Eletrificação Rural foram organizadas dentro do plano para 1962, e com o funcionamento destas, em futuro próximo, algumas das quais consumindo energia de fontes geradoras já existentes, tais como as constantes do Plano Piloto do litoral de Laguna, com distribuição de energia da Usina da CSN, e outras com suas próprias fontes produtoras, como Salto Donner e Santa Maria no município de Benedito Novo, proceder-se-á a uma remodelação na fisionomia da infra-estrutura rural, com um desenvolvimento de reflexos imediatos e, sobretudo, paralelo ao processo de evolução dos grandes centros populacionais.

Sub-setor: INVESTIMENTOS

LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ABAIXADORAS

OBRAS E LOCALIZAÇÃO	EXECUTANTE
Continuação da 2a. etapa da reforma da rede de distribuição da Práia de Camboriú, e concluída a construção da subestação abaixadora de 1.000 kVA .....	ELFFA E CELESC
Continuação da construção da linha de transmissão Itajaí-São João Batista, estando concluído o trecho Itajaí-Camboriú .....	ELFFA
Continuação normal da reforma da rede de distribuição em Florianópolis .....	ELFFA
Concluída a linha de transmissão Jaraguá-Joinville, em 66 kV .....	CELESC
Concluída a subestação abaixadora de Ilhota de 7.500 kVA .....	CELESC
Continuação das obras na extensão da linha de transmissão Ilhota-Blumenau-Rio do Sul, de 66 kV, equipamento elétrico totalmente adquirido .....	CELESC
Levantamento das estruturas da linha de transmissão em 66 kV da Usina de Esperinha, tendo sido já colocadas as ferragens, isoladores e cabos da linha .....	CIA. OESTE
Em fase de conclusão o ante-projeto, da linha de transmissão em 132 kV, Tubarão-Lajes-Joaçaba .....	CEE
Elaboração do projeto e as especificações das subestações abaixadoras de Lajes e Joaçaba em fase final .....	CEE
Totalmente adquirido o equipamento da subestação abaixadora 66/22 kV, 7.500 kVA e subestação seccionadora de Indaial .....	CELESC
Concluída a linha Ilhota-Cordeiros-Itajaí em 66 kV com posteamento de concreto .....	CELESC



Central Termoeletrica de Joinville



**Casa de Força — Usina do Esperinha — Faxinal dos Guedes**

**Sub-setor: INVESTIMENTOS  
USINAS**

<b>USINAS</b>	<b>OBRAS E LOCALIZAÇÃO</b>	<b>EXECUTANTE</b>
Esperinha — 7.200 kVA	Concluída a casa de máquinas e em fase de concretagem as fundações das máquinas ....	CIA. OESTE
Pery — 4.500 kVA	Em andamento a construção da barragem no Rio Canôas para Usina do Pery .....	CIPEL
Diesel — 63.000 kVA	Conclusão dos pagamentos das prestações da Usina Diesel de Joinville .....	EMPRESUL
Rio do Peixe — 1.000 kVA	Ampliação da Usina do Rio do Peixe em Videira de 500 kVA para 1.000 kVA e reforma da rede de distribuição .....	CELESC
Garcia — 12.000 kVA	Fabricação do equipamento eletro-mecânico para construção da Usina Garcia de 12.000 kVA, construção civil da casa de força e subestação elevadora e construção da casa de alojamentos .....	CELESC
Rio do Tigre — 3.000 kVA	Execução das fundações de concreto da Usina do Rio do Tigre de 3.000 kVA e linha de transmissão de 22 kV para Chapecó .....	CELESC
Santa Cruz — 6.000 kVA	Estudo da localização e do tipo da barragem a ser adotada para construção da Usina de Santa Cruz .....	CELESC
Caveiras-Lajes — 5.240 kVA	Concluída a instalação do grupo II de 600 kVA e em fase de montagem o grupo I de 700 kVA .....	CELESC
Xanxerê I — 50.000 kVA	Concluído o ante-projeto para aproveitamento hidroelétrico dos desníveis do Rio Chapecô-zinho .....	CEE
Palmeiras — 22.000 kVA	Em fase de montagem do equipamento eletro-mecânico com demais obras em final de construção .....	Fôrçaluz

I I

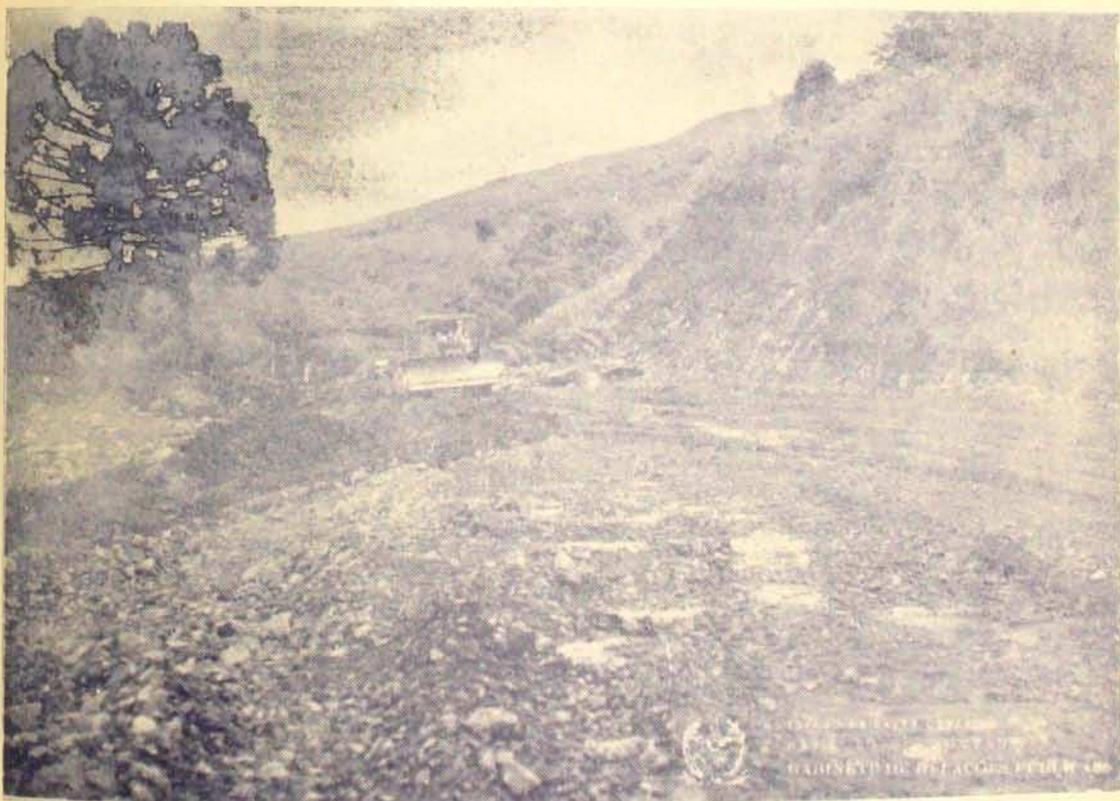
**Setor: RODOVIAS E OBRAS DE ARTE**



**Rodovia Blumenau — BR-2 — trecho Lontras — Rio do Sul (implantação)**



**Rodovia Porto União — S. Francisco — trecho Joinville — S. Francisco (asfaltamento)**



**Rodovia Veadas — Água Doce**

No setor rodoviário, o volume escavado, neste curto período, através de recursos do Plano de Metas, foi de aproximadamente dois milhões de metros cúbicos, o que dá bem uma idéia do vulto dos trabalhos.

Segue a discriminação por rodovia:

### 1. SC — 21 — São Francisco do Sul — Pôrto União

A SC — 21 constitui a ligação de Pôrto União ao porto marítimo de São Francisco do Sul, atravessando uma vasta e importante região do Estado.

Este trecho reveste-se de excepcional significado para Santa Catarina porque carrega a economia catarinense, permitindo o escoamento de uma grande produção agrícola e manufatureira para aquele pôrto.

Faltavam ainda, para serem implantados, no início de 1962, 178 quilômetros dos quais foram executados 41,5 quilômetros com volume escavado de 530.813 m<sup>3</sup>.

Foram pavimentados, em concreto asfáltico, no trecho Joinville-São Francisco do Sul, 9.640 ms. e iniciada a pavimentação asfáltica do trecho Rio Negrinho — Campo Alegre, para uma extensão de 30 quilômetros.

### 2. SC — 23/63 — Itajaí — Curitibanos

A economia catarinense depende, em grande parte, da movimentação e escoamento de sua produção através dos portos principais, figurando, em plano saliente, o de Itajaí, em razão de sua situação de escoadouro natural das riquezas produzidas naquele rico vale, carreando, paralelamente, a produção plamaltina.

A rodovia Itajaí-Curitibanos é, portanto, de suma importância econômica para uma grande área, visando a integração, tão necessária, do oeste catarinense com o litoral. Permitirá a ligação com a rodovia federal BR-2 e a BR-59, servindo de escoadouro aos três importantes vales catarinenses: Chapecó, Rio do Peixe e Itajaí.

No início do ano de 1962, o trecho a implantar era de 145 quilômetros, dos quais 20,5 quilômetros foram executados, resultando num volume escavado de 690.037 m<sup>3</sup>.

### 3. SC — 55 — Urussanga — Criciúma

Esta rodovia objetiva ligar Criciúma, centro da bacia carbonífera do sul do Estado, a Urussanga. Aproxima, assim, a zona central em demanda à

BR-90, em Orleães, para atingir os portos de Laguna e Imbituba, e o planalto, em Lajes.

Na extensão de 18 quilômetros, foram executados 5 quilômetros, com uma escavação de 98.000 m<sup>3</sup>.

#### 4. SC — 36 — São Bento — Corupá

Numa extensão a executar, de 13 quilômetros, foram construídos 10, com a escavação de 494.923 m<sup>3</sup> em trecho de serra.

Esta rodovia liga parte da zona do Vale de Itajaí à antiga rodovia Dona Francisca.

#### 5. SC — 41 — Luzena — Herciliópolis

Nesta rodovia, que liga a parte norte do Estado a Joaçaba, foi atacado o trecho Veadas — Água Doce, sendo construídos, dos 24 quilômetros, 5, com uma escavação de 139.620 m<sup>3</sup>.

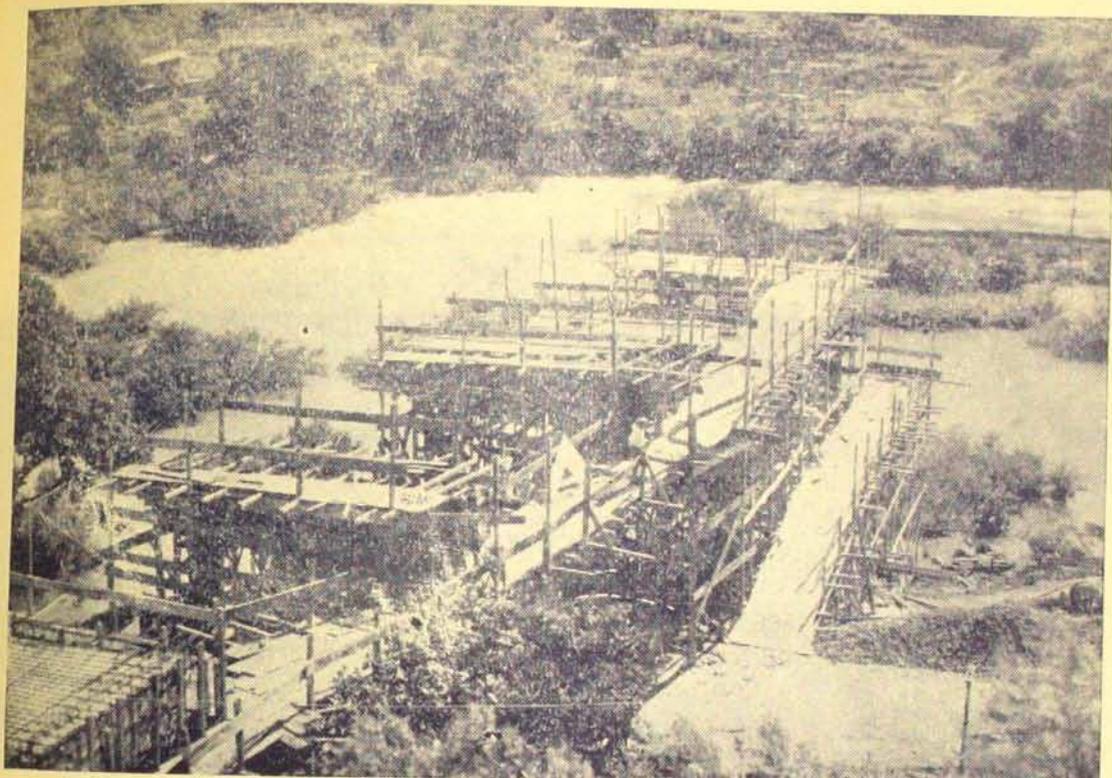
O Plano de Metas contratou, diretamente, ou em convênio com o DER e Municipalidades, 950,37 metros lineares de pontes.

Segue, abaixo, a relação das mesmas, sendo que algumas já se encontram construídas e prestando serviços às respectivas regiões, enquanto que outras estão em fase bastante adiantada.

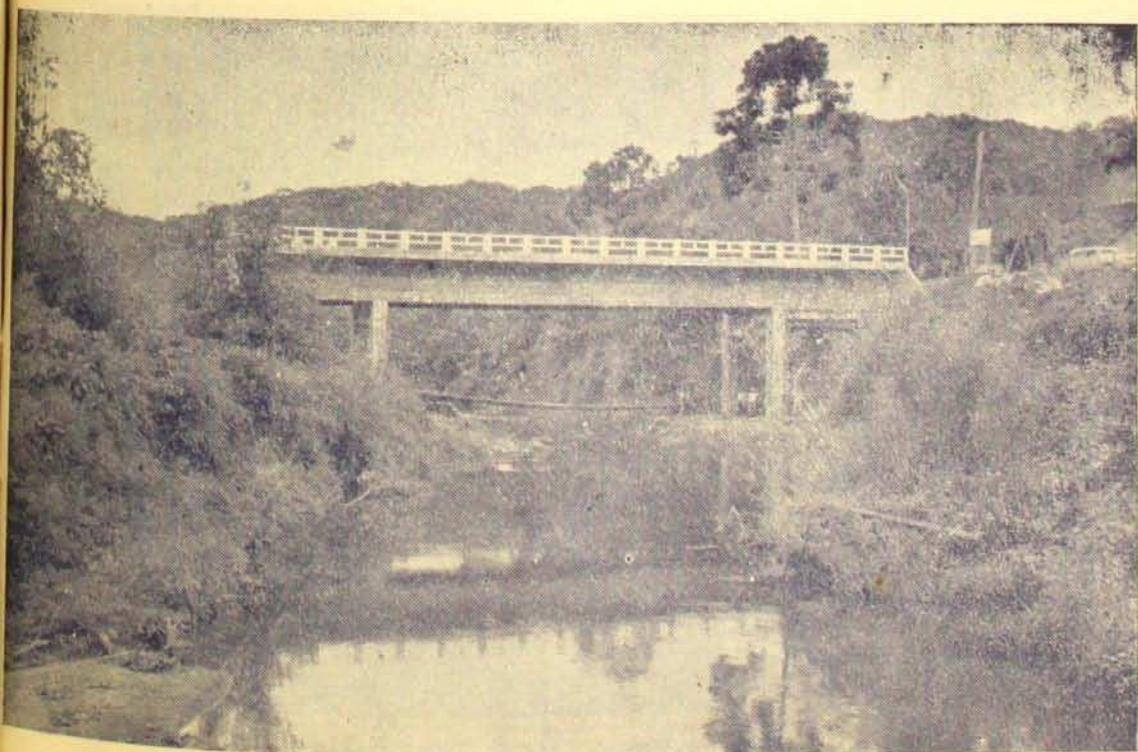
## OBRAS DE ARTE

PONTES	COMPRI- MENTO ms.
Ponte sôbre o Rio Hercílio .....	(1) 226,00
Ponte sôbre o Rio Itapocú, em Jaraguá do Sul .....	96,75
Ponte sôbre o Rio Braço do Norte .....	75,00
Ponte sôbre o Rio Mãe Luzia .....	71,38
Ponte sôbre o Rio Tijucas .....	69,00
Ponte sôbre o Rio Itajaí do Sul, em Ituporanga ..	60,00
Ponte sôbre o Rio Itapocuzinho .....	47,00
Ponte sôbre o Rio Itajaí d'Oeste .....	46,20
Ponte sôbre o Rio São Bento .....	42,80
Ponte Nicolau Pederneiras, em Siderópolis .....	39,40
Ponte sôbre o Rio Luiz Alves .....	35,00
Três Pontes (Jaguaruna — Içara) .....	30,00
Ponte sôbre o Rio Paciência (SC - 21) .....	25,20
Ponte SC - 21 (Lençol — Campo Alegre) .....	24,00
Ponte sôbre o Rio da Prata, em Ibirama .....	23,64
Ponte sôbre o Rio dos Pardos (SC - 21) .....	15,00
Ponte sôbre o Rio Areia (SC 21) .....	12,00
Ponte sôbre o Rio Pretinho (SC - 21) .....	12,00
<b>T O T A L</b> .....	<b>950,37</b>

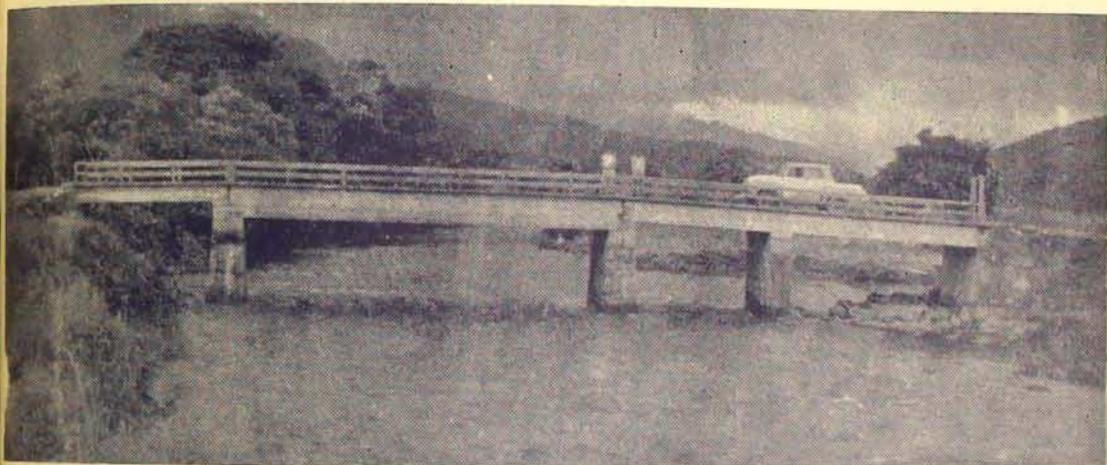
(1) — trata-se da maior ponte em concreto armado construída pelo Estado, devendo estar concluída em abril, do ano em curso.



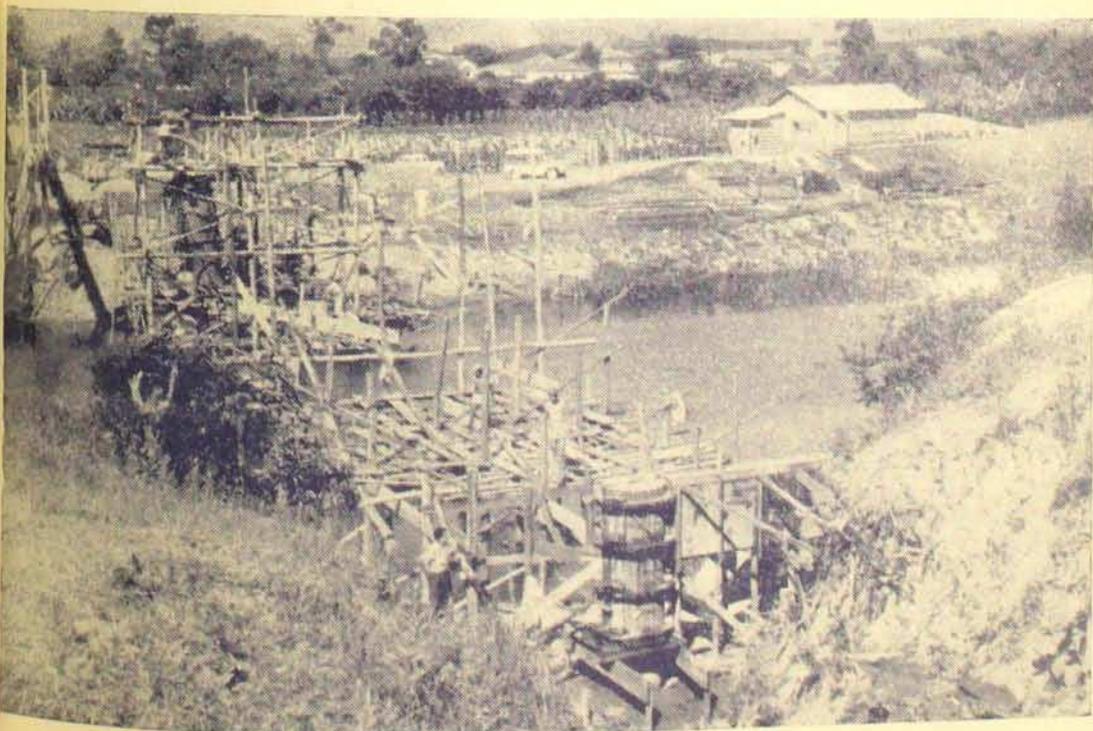
**Ponte sôbre o Rio Hercílio**



**Ponte sôbre o Rio Luiz Alves**



**Ponte sôbre o Rio São Bento**



**Ponte sôbre o Rio Braço do Norte**

**Meta : EXPANSÃO ECONÔMICA**

I

Setor: **EXPERIMENTAÇÃO, FOMENTO E  
APARELHAMENTO AGRO-PECUARIO**

A CASA RURAL É UMA  
AGÊNCIA ONDE A  
FAMÍLIA RURAL  
ENCONTRA



SEC. AGRICULTURA  
ACARESC  
B.D.E.  
ASSOC. RURAL



PROGRAMA	R\$ 131 200 000,00
104,9 % REALIZADO	R\$ 137 602 000,00

NO GOVÊRNO  
É UM OBJETIVO

DA  
META

CELSO RANDO  
AGRICULTURA

A posição do Govêrno, na Política Agrária que executa através do Plano de Metas, é a de estimulador, fiscalizador e controlador da produção e não produtor pròpriamente dito.

Sòmente nos casos em que a iniciativa particular se desinteressa pela produção de fatôres imprescindíveis ao desenvolvimento econômico-social, atua o Govêrno, na qualidade de pioneiro porém, objetivando sempre entregar a emprêsa, começada pelo Estado, à iniciativa particular.

Dentro dêste princípio, desenvolve o Estado, os seguintes setores, na meta da Agricultura:

## 1. Ensino

a) Formação e aperfeiçoamento técnico-profissional.

No exercício de 1962 o PLAMEG concedeu 31 bolsas de estudo, sendo 30 para estudantes de agronomia e uma para técnico de nível superior, em curso de aperfeiçoamento.

b) Criação do Centro Prático de Treinamento para Agricultores jovens e adultos, a ser instalado no município de Florianópolis.

c) Início das obras de adaptação da Escola Agrícola "Caetano Costa", de Lages ao funcionamento do Ginásio e Colégio Agrícolas.

## 2. Pesquisas

a) Encaminhamento à República Federal da Alemanha de proposta de acôrdo com a Universidade de Bohn para a obtenção de recursos técnicos e materiais destinados a instalação da Estação Experimental Central do Estado, e trabalhos de localização da mesma, no planalto.

b) Prospecção da jazida de **calcáreo** no município de Lages, constatando-se a ocorrência de mina com capacidade para a exploração de 35 toneladas diárias durante 20 anos com possibilidade de expansão nas áreas adjacentes.

c) Contratação com o Instituto Oceanográfico de São Paulo e com a cooperação técnica da F. A. O. e através de acôrdo com o Departamento de Caça e Pesca, para o estudo das áreas pesqueiras da costa catarinense.

## 3. Assistência Técnica

O PLAMEG presta assistência técnica direta em Agricultura, Pecuária e Economia Doméstica, às famílias rurais por meio dos Escritórios do Serviço de Extensão Rural (ACARESC) com o qual mantém acôrdo, nos seguintes 37 municípios:

Turvo — Araranguá — Criciúma — Tubarão (Armazém) — Braço do Norte (Rio Fortuna) — Orleães.

Palhoça — São José — Florianópolis,  
São João Batista — Brusque — Itajaí — Luiz

Alves (Ilhota) — Blumenau — Jaraguá do Sul — Joinville — Timbó — Indaial — Ibirama — Presidente Getúlio — Rio do Sul — Ituporanga. Caçador — Videira — Tangará — Joaçaba — Herval D'Oeste — Capinzal — Piratuba — Concórdia — Chapecó — São Carlos — Palmitos.

Lajes, sendo êste especializado na produção de batata semente certificada.

Os Escritórios Locais enumerados, são supervisionados por 4 Escritórios Regionais, existentes em **Concórdia, Joaçaba, Indaial e Criciúma.**

O Escritório está equipado com um veículo, materiais para demonstrações e o mínimo de um Engenheiro Agrônomo, uma Extensionista Doméstica Rural e uma Auxiliar de Escritório.

Contribuem, financeiramente, para a manutenção dos serviços, além do PLAMEG, a ABCAR, os Ministérios da Agricultura e Educação e as Prefeituras Municipais, onde há Escritórios instalados.

A participação financeira do PLAMEG, em 1962, para essa manutenção, foi de Cr\$ 60 milhões.

#### 4. Crédito Rural

O PLAMEG através da ACARESC, mantém acôrdo com o Banco de Desenvolvimento do Estado, objetivando promover o Crédito Rural Orientando aos pequenos e médios produtores.

Êste tipo de crédito se caracteriza pela desburocratização, prazo adequado e supervisão técnica da aplicação do recurso.

Para êste fim, o BDE assinou acôrdo com a Secretaria da Agricultura e com a ACARESC, estabelecendo a interveniência dos técnicos daquelas duas entidades nas operações creditícias. Êste trabalho articulado se encontra em plena fase de desenvolvimento e com a segurança requerida, através de técnicos da Secretaria da Agricultura, da ACARESC e pelo pessoal do BDE.

Visando disseminar o Crédito amplamente, em todo o Estado, o BDE encaminhou ao Ministério da Agricultura um Plano de Safra já aprovado pelo titular daquela pasta, e que dá prioridade de financiamento aos produtores e agropecuários do grupo dos gêneros alimentares de primeira necessidade.

## 5. Mercado

### a) Armazéns:

A fixação dos **Preços Mínimos** é uma tentativa para resolver um dos problemas mais sérios da agricultura catarinense.

O Preço Mínimo, no entanto, só pode funcionar baseado em uma rede adequada de **Silos e Armazéns** de tamanho e localização capazes de realmente atender ao produtor.

Por isso, o PLAMEG, concluiu pela construção de armazéns que vão ser localizados diretamente nas comunidades rurais, de forma a poderem ser efetivamente utilizados pelos agricultores.

Cada armazém é provido de secador e câmara de expurgo, base para que a semente seja convenientemente tratada de forma a alcançar as características exigidas pela padronização necessária à garantia do preço mínimo.

Concluída a fase de estudo, o PLAMEG executará, em 1963, 10 Armazéns Distritais.

### b) Silo de São Francisco

A carga e a descarga de grãos, no Pôrto de São Francisco do Sul é realizada de modo primitivo, ocorrendo perdas elevadas de grãos além das despesas que influem na fixação dos preços da farinha do trigo, e conseqüentemente no preço do pão.

Após as conclusões do Grupo de Trabalho especialmente designado para estudar as condições do Pôrto de São Francisco, o PLAMEG contratou com empresa especializada, a elaboração do projeto de construção de um silo para 5.000 toneladas de grãos com variante de ampliação para 10.000 toneladas.

O Projeto ficou pronto em novembro e foi proposto convênio com o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

## 6. Casas Rurais

O PLAMEG deu estrutura à Casa Rural e definiu suas responsabilidades na execução da Política Agrária delineada pelo Governo.

Em cada Casa Rural funcionarão três elementos fundamentais de ajuda ao produtor rural: a Agência do Banco de Desenvolvimento do Estado, propiciando o **crédito**; a Secretaria da Agricultura ou o Serviço de Extensão Rural garantindo a **assistência** técnica, principalmente no tocante a boa aplicação do empréstimo levantado do BDE e a sede da Associação Rural local, contendo o setor de **revenda dos fatores da produção** e o local para as reuniões dos produtores.

As Casas Rurais Municipais são coordenadas e assistidas pelas Casas Rurais Regionais, nestas se concentrando maior volume de recursos,

Estão em construção as seguintes Casas Rurais:

- \* Regionais: Joinville e Campos Novos
- \* Municipais: Pôrto União, Rodeio, São João Batista, Seára, Tangará e Turvo.

Sub-setor: ENSINO TÉCNICO

CURSO E LOCALIZAÇÃO	N. DE BOLSISTAS
Curso de Ciências Sociais aplicado ao meio rural brasileiro, em São Paulo (1) .....	1
Bolsas de Estudos para formação de técnicos profissionais em Agronomia e Veterinária selecionadas pela Secretaria da Agricultura (2) .....	30

FORMA DE EXECUÇÃO

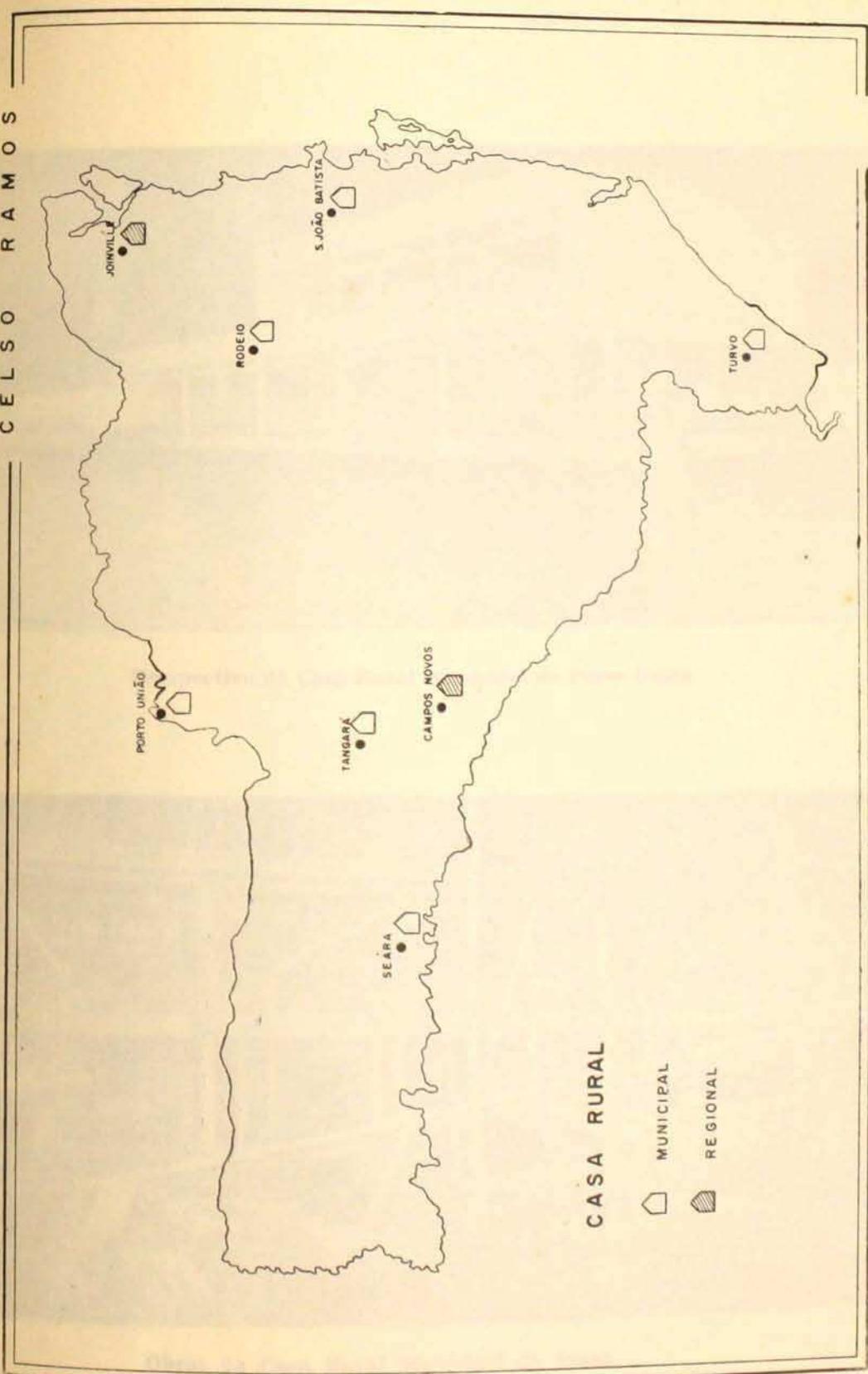
- (1) Contrato com o interessado.  
 (2) Convênio com a Secretaria da Agricultura.

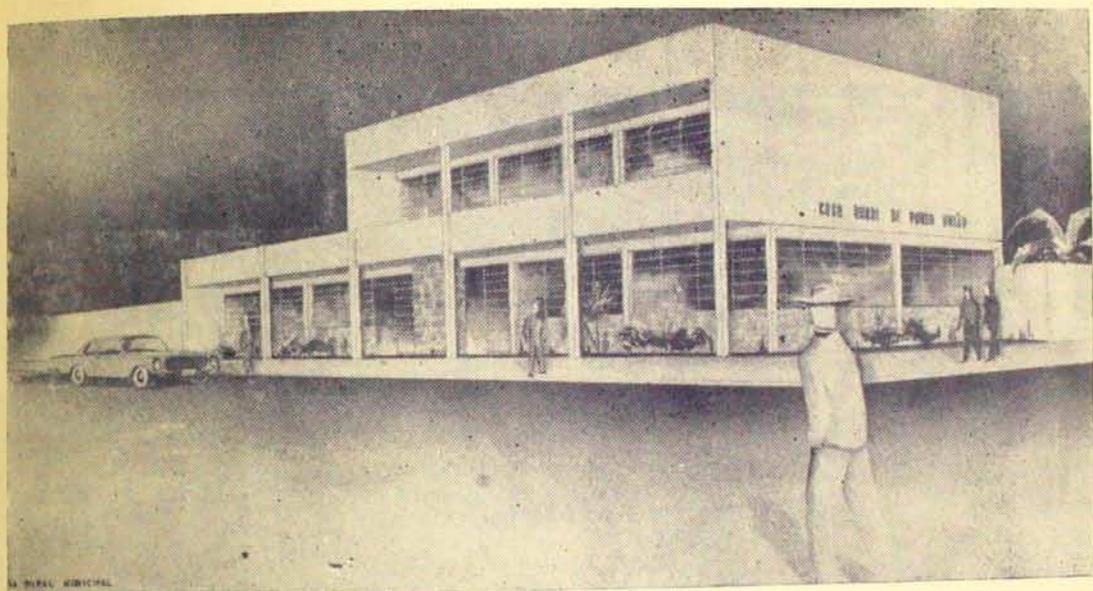
Sub-setor: EXTENSÃO RURAL

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Serviço de extensão rural. Assistência técnica educacional ao produtor e sua família. Órgão de execução — ACARESC .....	Florianópolis
Prospecção das jazidas de calcário no distrito de Índios (contrato com particular) .....	Lajes
Formação do Fundo Rotativo para aquisição, transporte, alimentação e revenda de matrizes leiteiras a produtores de leite (projeto de gado leiteiro) convênio com a UBL ....	Florianópolis
Aquisição e revenda de material de pesca para pescadores profissionais. Órgão de execução — Depto. Estadual de Caça e Pesca .....	Florianópolis

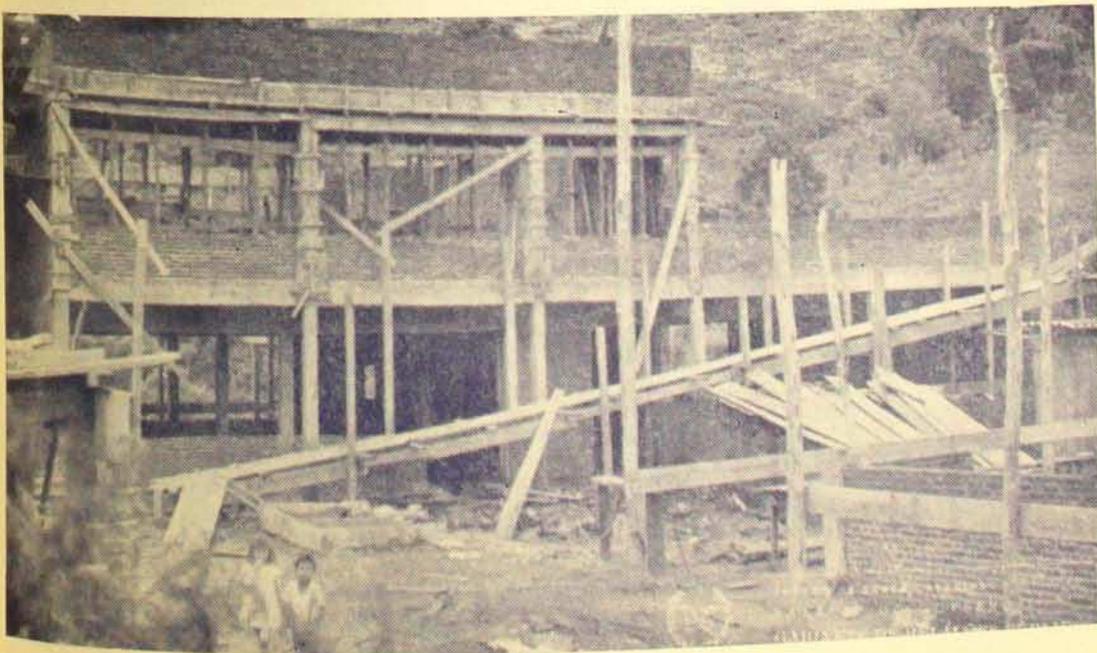
II

**Setor: ABASTECIMENTO E PARTICIPAÇÃO  
EM EMPREENDIMENTOS PIONEIROS**



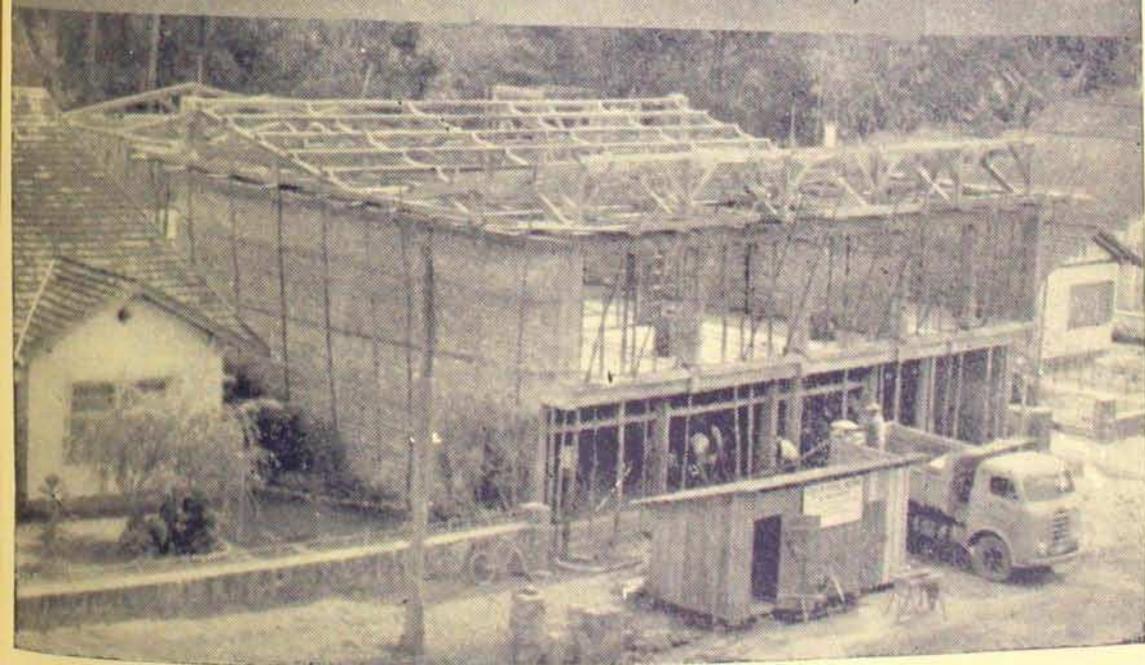


**Perspectiva da Casa Rural Municipal de Porto União**



**Obras da Casa Rural Municipal de Seara**

PLANO DE METAS DO  
GOVÉRNO CELSO RAMOS



**Perspectiva e aspecto da construção das obras  
da Casa Rural Regional de Joinville**

**Sub-setor: FOMENTO DA PRODUÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Construção da Casa Rural Regional (2) .....	Campos Novos
Construção da Casa Rural Regional (3) .....	Joinville
Construção da Casa Rural Municipal (2) .....	Seára
Construção da Casa Rural Municipal (1) .....	Rodeio
Construção da Casa Rural Municipal (2) .....	Pôrto União
Construção da Casa Rural Municipal (2) .....	Tangará
Construção da Casa Rural Municipal (3) .....	São João Batista
Construção da Casa Rural Municipal (1) .....	Turvo

Foram observadas as prioridades exigidas pelo Plano de Trabalho.

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Administração direta (SVOP por execução da DOP e Engenheiros Residentes DER).
- (2) Contrato com particular.
- (3) Convênio com a Prefeitura Municipal.

**Sub-setor: PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO EM CONVENIOS, OU EM SOCIEDADES INTERESSADAS EM CENTROS DE ABASTECIMENTO**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Execução e renovação da linha férrea do pátio de triagem do Pôrto de São Francisco do Sul (1) .....	São Francisco do Sul
Pesquisas e levantamento das possibilidades de exploração da pesca de peixes e camarões, afastada da costa de Santa Catarina (2)	Municípios litorâneos de Santa Catarina

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Administração direta (SVOP).
- (2) Convênio com o Departamento Estadual de Caça e Pesca.

# BDE

CAPITAL  
REALIZADO R\$ 168.917.500,00  
AREALIZAD R\$ 131.080.500,00  
Nº AÇÕES 1924



DÉBITO

Cx 5.1372 891 048 40

CRÉDITO

Cx 5.1372 891 048 40

AGÊNCIAS DEFENDIDAS: FLODIANÓPOLIS, BLUMENAU,  
HERVAL OESTE, JORNAL LAGES, PRESIDENTE  
GETÚLIO, SÃO JOÃO BATISTA, TUBARÃO, FAXIM (SC)  
SÃO PAULO (SC)

ÁREA DE AÇÃO: FLODIANÓPOLIS, ALFREDO VIGNER,  
ANGELINA, ANITA GABRIELLI, ARAQUARI, AURANGUÁ,  
BARRA VELHA, BIGUAÇU, BLUMENAU, BON-DETIUM,  
BRAÇO DO NORTE, BOUSQUE, CACAGO, CANTO BE-  
LO DO SUL, CAMPOS NOVOS, CARINZAL, CONCÓRDIA,  
CORUPA, GAROPABA, GASPARD, IBIRAMA, INADUI,  
ITAJÁ, ITAPERNA, JAGUAQUÊ DO SUL, JORNAL LAGES,  
LAGUNA, RAPHA, NAJDO GERCINO, NOVA  
TOLENTINO, NOVA VENEZA, PALHOÇA, PAULO LOPES,  
PEDRAS GRANDES, PORTO BELLO, PORTO UNIÃO,  
PRESIDENTE GETÚLIO, RIO DO CAMPO, RIO NEGRO,  
RIO DO SUL, SANTO ANASTÁSIO DA IMPERATRIZ,  
SÃO BENTO DO SUL, SÃO BONIFÁCIO, SÃO FRAN-  
CISCO DO SUL, SÃO JOÃO BATISTA, SÃO JOSÉ,  
SÃO JOSÉ DO CERRITO, TIJUCAS, TINGI, UOURICÉ  
E VIDEIRA

SITUAÇÃO EM 30/11/62

III

B. D. E.

Ponto dos mais altos da plataforma do então candidato ao governo catarinense, a idéia da implantação de um estabelecimento oficial de crédito, surgida de todas as clases sociais nos debates do Seminário Sócio-Econômico de 1959 a 1960, foi dos fatos mais importantes da campanha que culminou com a eleição do seu idealizador à governança estadual no pleito de outubro de 1960. E a 21 de julho de 1962, depois de estudos e levantamentos adequados, Santa Catarina em peso acompanhava o ato inaugural da instalação do BDE.

Cumpria, assim, o Governador Celso Ramos, mais uma de suas promessas de candidato, dando ao Estado o organismo de que tanto carecia para acelerar o seu processo de desenvolvimento sócio-econômico.

## 1. Estrutura e Desenvolvimento

Na oração que pronunciou na instalação do Banco de Desenvolvimento do Estado, o Chefe do Executivo dizia: "o banco que hoje abre suas portas é exatamente igual ao modelo concebido no momento em que o propús". E continuava afirmando: "o banco atuaria como suporte financeiro de meu plano de govêrno, catador e orientador das poupanças individuais, órgão de fomento das atividades produtivas e promotor do desenvolvimento econômico e social do Estado".

É exatamente esta a síntese do que se propõe o BDE, dentro do espírito da mensagem governamental aprovada pela Assembléia Legislativa e transformada na Lei n. 2.719 de 27/5/1961.

Com o capital de 300 milhões de cruzeiros e mais 4% da renda ordinária estadual, o organismo contará, em 1966, com recursos da ordem de 2,6 bilhões de cruzeiros que, somados a outros, darão a Santa Catarina as condições, até então inexistentes, de crédito oficial fácil e desburocratizado ao agricultor, à média e pequena indústria, injetando o desenvolvimento e progresso através de um instrumento ideal e capaz de levar a grande tarefa a bom termo.

Em sua estrutura administrativa o BDE se compõe da Diretoria, de um conselho administrativo; e de um conselho fiscal. O CA é integrado de representantes do Govêrno, classe rural, classe industrial, comércio, trabalho e capital particular aplicado ao Estado. Exceto os representantes do Govêrno, os demais membros são eleitos em Assembléia. Igualmente o CF, composto de 5 membros.

## 2. Departamentos

O Departamento de Crédito Especializado integra as divisões de Crédito Rural e Crédito para o Desenvolvimento e Profissional. O Departamento de Crédito Geral compõe-se das divisões de Crédito Geral e Público. Existem, ainda, dois Departamentos Auxiliares: de Administração e Técnico. O primeiro, com as Divisões de Dependências, Cadastro, Orçamento e Contabilidade e Pessoal e Serviços de Material, Promoção e Contactos, Comunicação e Do-

cumentação; o segundo, é constituído pelas Divisões de Planejamento e Estudos Econômicos, Projetos, Financeira e Contrôlo de Aplicações e Jurídica.

### 3. Empréstimos

Considerando-se que o BDE só começou a funcionar a partir da segunda quinzena de julho, é ponderável o volume de empréstimos que realizou à agricultura, pecuária e agro-pecuária, através de convênios com a ACARESC e Secretaria de Agricultura. Por meio de um esquema simples, eficiente e rápido, o interessado, sem mesmo sair do local onde reside, e através de um dos dois órgãos, recebe o empréstimo pedido.

Em menos de 6 meses, e disseminados por mais de 50 municípios, foram concedidos financiamentos a agricultores e pecuaristas no valor de ..... Cr\$ 21.531.947,20, assim distribuídos: empréstimos agrícolas — Cr\$ 10.097.677,30 empréstimos pecuários — Cr\$ 10.467.824,00; e empréstimos agro-pecuários — Cr\$ 966.446,00.

### 4. Títulos Descontados

No mesmo espaço de tempo o BDE, visando desenvolver a pequena e média indústria, e o comércio, procedeu a empréstimos no total de ..... Cr\$ 705.400.725,20, aliviando, dessa forma, a pressão que essa classe sofre na atual conjuntura econômica. Isto fez um total de 2.329 títulos descontados.

### 5. Depósitos e Acionistas

Os depósitos do BDE, em 31 de dezembro de 1962 totalizavam Cr\$ 846.766.239,60. Isto dá a medida da confiança que o estabelecimento já inspira em Santa Catarina. Possui o banco 1924 acionistas.

### 6. Agências e Área de Ação

Com a agência matriz de Florianópolis em pleno funcionamento e agências, já deferidas, a serem instaladas nas localidades de Blumenau, Joinville, Tubarão, Lajes, Presidente Getúlio, Herval D'Oeste,

São João Batista, Xaxim e São Paulo e área de ação em todo o Estado de Santa Catarina e, futuramente, na capital de São Paulo, poderá a direção do BDE, de acôrdo com o previsto, eliminar os pontos de estrangulamento da economia catarinense.

#### **7. Govêrno Subscreve**

Para o funcionamento legal do Banco, o Govêrno do Estado de Santa Catarina subscreveu, em 1961, o capital de Cr\$ 153.000.000,00 em ações ordinárias e completou a subscrição do capital de particulares no montante de Cr\$ 101.096.000,00.

O Banco de Desenvolvimento do Estado, por suas implicações, determina o início de uma nova ordem de coisas para Santa Catarina, integrando-se no conjunto de realizações do Plano de Metas do Govêrno Celso Ramos.

Sub-setor: PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS PIONEIROS

Participação do Estado no cumprimento da  
Meta Governamental da Lei 2.719 de 27-5-61.

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Aquisição do Edifício Sul América, para atender em parte o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Estado e participação do Estado na integralização da quota destinada à subscrição por particulares .....	Florianópolis

Sub-setor: PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS PIONEIROS

Projetos Eventuais

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Prestação de assistência técnica e elaboração de projetos específicos de desenvolvimento econômico e social, para o Banco de desenvolvimento Econômico (1) .....	Florianópolis

(1) Convênio com o Banco de Desenvolvimento do Estado.

**DIVERSOS RELACIONADOS NO SETOR ARMAZEM, ENSILAGEM  
E ASSISTENCIA TÉCNICA**

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
Projeto de Silos destinado ao armazenamento de trigo em grão (1) .....	São Francisco do Sul
Reforma do Armazém n. 2 do Pôrto (2) ...	São Francisco do Sul
Formação do fundo rotativo destinado à medição e regularização das terras ocupadas pelos posseiros no Estado de Santa Catarina (3) .....	Florianópolis

**FORMA DE EXECUÇÃO**

- (1) Contrato com firma particular.
- (2) Convênio com a S. V. O. P.
- (3) Convênio com o IRASC — Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina.

C. D. E.

## CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

DO

E S T A D O

PRESIDENTE	— Sr. Celso Ramos Governador do Estado.
VICE-PRES.	— Dr. Eugênio Doin Vieira Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.
SECR.-GERAL	— Sr. Ibarhim Felipe Simão Secretário de Estado Sem Pasta.
MEMBRO	— Sr. Gustavo Neves Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, em exercício.
MEMBRO	— Dr. Celso Ramos Filho Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.
MEMBRO	— Dr. Rubens Nazareno Neves Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.
MEMBRO	— Dr. Celso Ramos Filho Secretário de Estado dos Negócios da Saúde e Assistência Social, em exercício.
MEMBRO	— Dr. Luiz Gabriel Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura.
MEMBRO	— Sr. Ibrahim Felipe Simão Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho, em exercício.
MEMBRO	— Dr. Jade Saturnino Magalhães Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública.
MEMBRO	— Dr. Annes Gualberto Secretário Executivo do Gabinete de Planejamento do PLAMEG.
MEMBRO	— Dr. Júlio Horst Zadrozny Presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

- MEMBRO — Dr. Alcides Abreu  
Presidente do Banco do Desenvolvimento do Estado.
- MEMBRO — Dr. Rui Ramos Soares  
Presidente do Conselho Rodoviário do Estado.
- MEMBRO — Sr. Haroldo Soares Glavan  
Presidente da Federação do Comércio.
- MEMBRO — Dr. Guilherme Renaux  
Presidente da Federação das Indústrias.
- MEMBRO — Dr. Clodorico Moreira  
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina.
- MEMBRO — Sr. Humberto Moritz  
Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio.
- MEMBRO — Sr. Avelino da Silva  
Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria.
- MEMBRO — Sr. José Elias  
Representante da Zona de Florianópolis.
- MEMBRO — Sr. Paulo Bauer  
Representante da Zona da Baía do Itajaí.
- MEMBRO — Sr. Kurt Meinert  
Representante da Zona do Litoral de São Francisco do Sul.
- MEMBRO — Sr. Atalibio Azevedo  
Representante da Zona de Laguna.
- MEMBRO — Dr. Paulo Walmor Kummel  
Representante da Zona do Rio do Peixe.
- MEMBRO — Sr. Edeimar Renê Evers  
Representante da Zona de Canoinhas.
- MEMBRO — Dr. Ernani Rosa  
Representante da Zona dos Campos de Lajes.
- MEMBRO — Sr. Arnaldo Mendes  
Representante da Zona Oeste.

Este volume  
foi organizado  
pelo jornalista  
**Salim Miguel**  
do Serviço de Imprensa  
do Gabinete de Relações  
Públicas  
do Governo do Estado  
de Santa Catarina  
para o  
PLAMEG.  
Clicherie, composição e  
impressão da  
Imprensa Oficial do Estado.  
Florianópolis (SC) janeiro  
de 1963.

## ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO

### Grupo de Consulta

Secretaria da Fazenda  
Secretaria da Viação e Obras Públicas  
Secretaria do Interior e Justiça  
Secretaria da Educação e Cultura  
Secretaria do Trabalho  
Secretaria da Agricultura  
Secretaria da Saúde e Assist. Social  
Secretaria da Segurança Pública

Banco de Desenvolvimento do Estado  
Conselho Estadual de Educação  
Diretoria de Obras Públicas  
Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária  
Departamento de Estradas de Rodagem  
Comissão de Energia Elétrica  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.  
Departamento Estadual de Estatística  
Departamento Estadual de Geografia e Cartografia  
Departamento Estadual de Caça e Pesca  
Departamento de Orientação e Racionalização dos Serviços Públicos

Instituto de Reforma Agrária  
Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina  
Polícia Militar  
Imprensa Oficial do Estado  
Gabinete de Relações Públicas do Governo do Estado  
Grupos de Estudo e Executivos  
Prefeituras Municipais

## ÓRGÃOS DE COMPLEMENTAÇÃO

Grupo Executivo de Prédios Escolares  
Seccional da Contadoria Geral do Estado



JANEIRO 1963